



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Gestão Pública

ALINE PATRICIA RAMOS DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: UM ESTUDO DE CASO DO
PROJOVEM URBANO NA CIDADE DE SANTA RITA- PB**

João Pessoa-PB
Dezembro/2014

ALINE PATRICIA RAMOS DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: UM ESTUDO DE CASO DO
PROJOVEM URBANO NA CIDADE DE SANTA RITA- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de TCC, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

**Prof.^a Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lizandra
Serafim**

João Pessoa-PB

Dezembro/2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586p Silva, Aline Patrícia Ramos da.

Políticas públicas para a juventude: um estudo de caso do projovem urbano na cidade de Santa Rita - PB. /Aline Patrícia Ramos da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2014.
65f.:il

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Lizandra Serafim.
Monografia (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. Políticas públicas – Programas sociais - Juventude. 2. Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos - Projovem. . I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:35053.6(043.2)

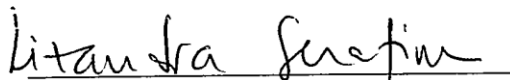
ALINE PATRICIA RAMOS DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: UM ESTUDO DE CASO DO
PROJOVEM URBANO NA CIDADE DE SANTA RITA – PB**

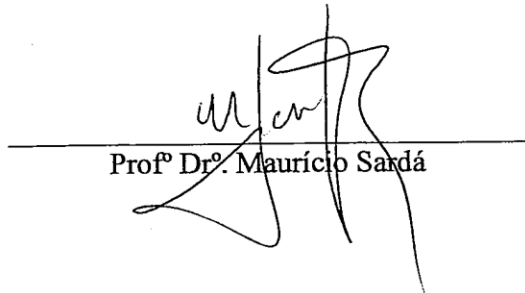
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de TCC, junto ao curso de Tecnologia em Gestão Pública, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em: 16 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Lizandra Serafim


Prof.^o Dr.^o Vanderson Carneiro


Prof.^o Dr.^o Maurício Sardá

João Pessoa-PB

Dezembro/2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Lizandra Serafim, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube e pela paciência na orientação, e incentivo que tornaram possível a conclusão deste TCC.

A toda minha família, por sua capacidade de acreditar em mim e investir em mim. Agradeço especialmente aos meus tios: Vamberto, Karina, Letícia e Anunciada por acreditarem em mim e torcerem por minhas vitórias.

Aos meus pais Ozeneide e Humberto, mãe seu cuidado e dedicação foi que deram em alguns momentos a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada. Agradeço também aos meus irmãos que ao longo desses anos sempre me apoiaram.

Agradeço a todos os professores do curso, que foram tão importantes em minha vida acadêmica, por todo conhecimento adquirido e todas as correções e incentivos.

Meus agradecimentos aos amigos Jailza, Priscilla e Joel companheiros de trabalhos e irmãos na amizade, que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza. Aos meus amigos, Ana Paula, Júnior e Toninho que mesmo distantes sempre me apoiaram, e acompanharam toda minha luta e dedicação neste curso e elaboração deste trabalho.

Enfim, a todos que direta e indiretamente participaram da construção desse trabalho meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Os elevados índices de vulnerabilidade juvenil na América Latina têm exigido por parte dos gestores públicos, uma maior oferta por programas sociais, que beneficiem esses jovens que estão de certa forma, vulneráveis e fora do âmbito escolar. No Brasil, no ano de 2004, foram criadas algumas políticas para diminuir esses indicadores de vulnerabilidade, dentre as quais: a Política Nacional da Juventude (PNJ), o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e o que será focado nesse trabalho, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos (ProJovem), que tem por objetivo promover a conclusão do ensino fundamental e uma iniciação profissional de jovens de 18 a 29 anos de idade. Neste trabalho, foi estudado o programa no município de Santa Rita PB, que se localiza na região metropolitana de João Pessoa, a qual concentra um contingente elevado de jovens em situação de vulnerabilidade. Esse trabalho estudou e analisou a gestão e o funcionamento desse programa nesse município. Sendo assim, a partir de dados coletados com os próprios gestores, alguns professores e dos próprios beneficiários, identificamos que, apesar de ser um programa bem estruturado em termos de conteúdo e abrangência juvenil, existem muitos problemas na execução e funcionamento do programa, onde, um dos principais gargalos encontrados é na gestão e efetivação da transparência sobre os gastos públicos por parte dos gestores. Diante disso, é necessária a fiscalização por parte do governo federal para que possam ser identificadas possíveis irregularidades. Acreditamos que esse trabalho venha contribuir com sugestões que possam melhorar o funcionamento desse importante programa, tanto no município como no programa em outras localidades.

Palavras chave: Políticas públicas. Vulnerabilidade juvenil. Programa. Gestão. Funcionamento.

ABSTRACT

The high youthful vulnerability rates in Latin America has required from the public officials, a larger supply for social programs that benefit these young people who are, in a certain way, marginalized and out of the school setting. In Brazil, in 2004, some policies were created to decrease these indicators of vulnerability, they are: The National Youth Policy (NPC), The National Youth Council (CONJUVE in Portuguese) and what will be focused in this work: The Youth and adult Inclusion National Program (ProJovem in Portuguese), which aims to promote the completion of elementary school and a professional initiation of young people aged 18-29. In this work, It was studied the program in the city of Santa Rita, PB, which is located in the metropolitan area of João Pessoa where concentrates a high number of young people in situations of vulnerability, in this work, we studied and analyzed the management and functioning of this program in this city. So, based on data collected with the managers themselves, some teachers and the beneficiaries themselves, we identified that although it is a well-structured program in terms of content and scope of these young people, there are many problems in the implementation and operation of the program and one of the main problems of this program is in the management and transparency by the managers with its expenses. Therefore, the surveillance by the federal government is necessary and possible irregularities may be identified. We believe that this present work will contribute with suggestions that might improve the operation of important program both in the city as well as in other locations.

Keywords: Public policies. Youthful vulnerability. Program. Management. Operation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Políticas Públicas voltadas aos Jovens.....	Pág.15-18
Quadro 2 - Principais Mudanças no ProJovem a partir de 2007.....	Pág. 25
Quadro 3 - Perfil dos Gestores, suas atribuições e carga horária.....	Pág.37
Quadro 4 - Perfil dos demais profissionais envolvidos no ProJovem.....	Pág. 38
Quadro 5 - Gastos com o Programa no período de 2013 – 2015.....	Pág. 51

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo I. "PROJOVEM - ORIGEM, FUNCIONAMENTO E DESAFIOS PARA SUA EXECUÇÃO".	17
1.1 Políticas Públicas voltadas à Juventude.....	17
1.2 Abordagem sobre a criação do Programa ProJovem.....	23
1.3 Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem “Original”	25
1.4 As mudanças ocorridas no ProJovem a partir de 2007 e sua reformulação	26
1.4.1 Modalidade ProJovem Urbano.....	27
1.4.2 Modalidade ProJovem Trabalhador	28
1.4.3 Modalidade ProJovem Adolescente	28
1.4.4 Modalidade ProJovem Campo	29
1.5 Problemas e Desafios relacionados ao Programa	33
1.6 Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e do ProJovem	35
1.7 O que tem sido discutido sobre o Programa?	37
Capítulo II. “PROJOVEM” EM SANTA RITA	39
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
2.1 Análise do objeto específico/campo dados coletados.....	39
2.2 Caracterização do ProJovem Urbano de Santa Rita-PB.....	40
2.3 Equipe de Profissionais do programa	41
2.4 Órgãos responsáveis pela gestão do Programa em Santa Rita	44
2.5 Capacitação de Gestores e Educadores	48
2.6 Problemas referentes ao programa no município	49
2.7 Gastos com o Programa no município de Santa Rita	56
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	58
4. REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A	64
APÊNDICE B.....	65
APÊNDICE C	66
APÊNDICE D	67

Introdução

O contingente de jovens em situação de vulnerabilidade, associado às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos, ocasiona uma grande tensão entre os jovens, que impacta diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade (UNESCO, 2002). De acordo com estudo da UNESCO de 2002,

“O expressivo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população, somado ao aumento da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho, estão deixando a juventude latino-americana sem perspectivas para o futuro, sobretudo o segmento de jovens que está sendo vítima de situações sociais precárias e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista da cidadania. Disso decorre a necessidade de, por um lado, definir políticas para a juventude no contexto interativo das políticas globais de desenvolvimento e, por outro, fortalecer o capital social e cultural do jovem por intermédio de projetos ou políticas que viabilizem a sua inserção no conjunto dos esforços de cada país para superar e remover os entraves existentes” (UNESCO, 2002:9).

A partir de séries de estudos feitas por censos do IBGE, foi possível avaliar a evolução do contingente de jovens entre 15 e 24 anos de idade. Em 1940, eram 8,2 milhões de jovens neste grupo etário e, 30 anos depois, estes jovens e adultos jovens já somavam 18,5 milhões de habitantes no Brasil. Em anos mais recentes, especificamente no censo feito pelo IBGE em 2010, foi observado um aumento no percentual de idosos na população brasileira, e uma diminuição no contingente de jovens de 34,7% para 24,1% (IBGE, 2010).

Segundo um estudo feito pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) em 2012, dos 77.805 óbitos juvenis registrados pelo SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade) 55.291 tiveram sua origem nas causas externas, fazendo esse percentual se elevar de forma drástica: em 2011 acima de 2/3 de nossos jovens 71,1% morreram por causas externas e os maiores responsáveis por essa letalidade são os homicídios e os acidentes de transporte a ceifar a vida de nossa juventude.

O Nordeste quase duplicou os homicídios na década de 2002/2012, com destaque nos Estados, como Alagoas, Ceará e Paraíba, nos quais ostentam índices de crescimento bem elevados, mais que duplicando os números de 2002 (BRASIL, 2014).

Segundo uma pesquisa realizada pela UNESCO (2004), a vulnerabilidade vivenciada pela geração entre 15 e 24 anos no Brasil caracteriza-se por algumas limitações baseadas nas seguintes dimensões como: educação; proteção social e nível de vida; direitos

sexuais, reprodutivos e gravidez; e violências. Mais que uma população vulnerável, os jovens são uma geração vulnerabilizada, principalmente se pobres. Muitas dessas vulnerabilidades se reproduzem e se combinam, limitando também o estatuto de sujeitos de direitos e suas potencialidades para serem atores/atrizes do desenvolvimento (CASTRO, 2004). Diante disso, Daher (2008) afirma:

“Esta grande contradição entre a esperança nas novas gerações e a triste realidade urbana encontrada nas estatísticas, gera a necessidade de que o poder público e a sociedade civil definam planos e ações direcionadas a proteger, capacitar e gerar oportunidades aos jovens, de modo a mudar estes númerosconjunto de planejamentos e ações dos governos com o apoio da população são as políticas públicas para a juventude” (DAHER,2008:1).

É com base no reconhecimento dessa necessidade, do qual compartilhamos que definimos para esse trabalho o tema do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, ProJovem.

O ProJovem, iniciativa do Governo Federal, iniciou-se em 2005, tendo como eixos estratégicos: a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a participação cidadã de jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamental e que não trabalhavam. A partir de 2008, foi ampliada a abrangência para os jovens de 18 a 29 anos, alfabetizados, que não concluíram o ensino fundamental, trabalhadores ou não. Mais recentemente em 2008, o programa passou a ser denominado ProJovem Urbano, fazendo parte do ProJovem Integrado em conjunto com outras políticas destinadas a população juvenil (BLANCO, 2010).

O ProJovem Urbano tem como finalidade primeira proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre:

- Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
- Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial;
- Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade.

Nessa perspectiva, o Programa tem como finalidades específicas:

- A reinserção dos jovens no processo de escolarização;
- A identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- A participação dos jovens em ações coletivas de interesse público;
- A inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação, e a;

- A ampliação do acesso dos jovens à cultura (BRASIL, 2008).

Há, no entanto, diversos desafios que se colocam na implementação do Programa.

Conforme afirma Blanco (2010):

“Os desafios deste importante programa não se referem apenas aos resultados esperados para a juventude beneficiária do ProJovem, mas, principalmente, à construção e implementação do próprio programa. Dentre os desafios trazidos pela proposta do ProJovem estão: o de reconstruir uma trajetória educativa e de cidadania que gere alguma ascensão e integração social que passem a ser percebidos pelos jovens integrantes como riscos difíceis de serem superados num ambiente de interação social compartilhado com outros atores que também não vivenciaram plenamente seus direitos quando fragilizados de proteções sociais ou de oportunidades equitativas em termos de acesso a uma educação e a um trabalho de qualidade” (BLANCO, 2010:10).

Consistem em desafios também desvios sofridos pelo Programa na sua implementação. Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) avaliando os repasses feito ao ProJovem em 2008 e 2009, por exemplo, encontrou desvios de toda ordem, desde superfaturamento na compra de material escolar até cadastros de estudantes forjados. Os auditores identificaram falhas graves nas contas de prefeituras de médio porte nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, que movimentaram ao todos R\$ 872 milhões. Um dos piores problemas é a adulteração das listas de presença dos alunos (JUSBRASIL, 2013).

Nos municípios em que foi possível verificar a presença assiduidade dos alunos, constatou-se elevado nível de evasão, especialmente no Pro Jovem Urbano. O ProJovem envolve um montante de mais de R\$ 3 bilhões destinado ao resgate de jovens que estão fora da escola e desempregados, e acumula em seis anos um histórico de fracasso e descontrole financeiro. Seu eixo principal, o ProJovem Urbano, custou R\$ 1,6 bilhão em seis anos e diplomou 209 mil alunos, menos da metade (38%) dos participantes (O GLOBO, 2011). Diante disso, é perceptível que existiram diversos desafios que se colocaram para a Política Nacional de Juventude para que o programa ProJovem fosse gerido, e dentre eles os principais desafios que se apresentaram para a gestão do ProJovem foram:

“i) ampliar o potencial de integração entre os programas emergenciais edestes com outro conjunto de ações consideradas mais estruturantes, vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura; ii) aumentar a escala de atendimento dos programas emergenciais para todo o universo de jovens brasileiros considerados excluídos, considerando juventude a faixa etária compreendida entre 15 a 29 anos; iii) otimizar recursos; e iv) aumentar a eficácia”.

(SILVA, ANDRADE2009: 52)

Portanto, diante dos desafios que citamos acima enfrentados pela gestão do ProJovem, no Capítulo I deste trabalho entenderemos melhor o que foi feito para se conseguir superar esses desafios, as mudanças ocorridas no programa, e a junção que houve do Programa ProJovem com outros programas que tinham os mesmos propósitos e objetivos que ele.

Para os objetivos do presente estudo, escolhemos delimitar a análise ao município de Santa Rita-PB. Santa Rita é um município localizado na região metropolitana de João Pessoa. Segundo dados do IBGE de 2010, naquele ano 120.310 pessoas residiam em Santa Rita, sendo 103.717 residentes em zona urbana e 16.593 em zona rural. Já em 2014 a população de Santa Rita foi estimada em 133.927 habitantes distribuídos em 726, 847 km² de área (IBGE,2014).

Segundo dados do PNUD, em 2010 o município de Santa Rita encontrava-se na posição 3.534 no Ranking do IDH das cidades brasileiras, apresentando um pequeno aumento no decorrer dos anos em seu IDH médio, que reflete aspectos de renda, longevidade e educação (PNUD, 2010).

Uma pesquisa feita pela SNJ (Secretaria Nacional da Juventude) em 2012 onde foram avaliados 100 municípios brasileiros considerando a taxa de homicídios com mais de 100 mil jovens habitantes. Santa Rita que nesse ano possuía 33.153 jovens ficou na 4ª colocação nacionalmente em números de homicídios juvenis, e no Estado ficou na primeira colocação, o que mais chama a atenção é que a própria capital que é João Pessoa teve um índice menor que Santa Rita ficando então na 22ª colocação nacionalmente e em 3ª no Estado (BRASIL, 2014).

Já no ano de 2013 um estudo feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2013), onde tal estudo avaliou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) dos municípios brasileiros levantou questões que influenciam a vida de jovens de 12 a 29 anos de idade, dentre as quais destacam-se homicídios e mortalidade no trânsito; pobreza, desigualdade socioeconômica; frequência dos jovens nas escolas; e o acesso ao mercado de trabalho. Foram avaliadas 283 cidades e como a contagem da pesquisa é feita em ordem decrescente, quanto maior o número, maior é a vulnerabilidade. Tal estudo concluiu que, dentre as cidades avaliadas, Santa Rita ficou na posição 279ª no Ranking (BRASIL, 2013).

Conclui-se, a partir destes dados, que a cidade de Santa Rita agrega um número significativo de jovens, e que a maioria deles encontra-se em situação de elevada vulnerabilidade.

Diante dessa realidade, é de extrema importância que se criem políticas públicas voltadas para inclusão e qualificação profissional desse público na cidade de Santa Rita. Para o trabalho aqui proposto, analisaremos o ProJovem Urbano, que visa a reinserção desses jovens na escola e sua qualificação profissional.

Em pesquisa exploratória inicial, realizada junto a gestores do ProJovem em Santa Rita, observamos que o programa teve início em Santa Rita em junho de 2012, atuando em três núcleos: um no bairro do Alto das Populares, outro em Várzea Nova e outro em Marcos Moura. Inicialmente são matriculados 600 alunos, porém, no decorrer do programa vão havendo as desistências. A verba é enviada em três parcelas, mas, no total são destinados aproximadamente um milhão e meio de reais. Ao todo são três gestores, vinte e um professores, seis cuidadoras e nove merendeiras.

A presente pesquisa teve como objetivo geral, realizar um estudo exploratório a respeito da organização, do funcionamento e do alcance do Pro Jovem urbano na cidade de Santa Rita, mapeando os desafios para a consecução do mesmo neste município a partir do ponto de vista dos gestores e demais profissionais envolvidos, construindo uma avaliação do Programa com foco na gestão local do mesmo.

Nosso objetivo aplicado é contribuir, junto a educadores e gestores desse importante programa, para a realização de um diagnóstico e da busca de soluções eficazes para o melhoramento do ProJovem Urbano da cidade de Santa Rita.

Como objetivos específicos buscamos fazer um levantamento sobre a organização e o funcionamento do ProJovem Urbano da cidade de Santa Rita/PB desde sua criação até o momento atual. Foram mapeadas informações referentes à forma como é feita a seleção dos beneficiários e dos profissionais; quais as atividades desenvolvidas; quais as metodologias utilizadas no trabalho com os jovens e quais os recursos utilizados.

Buscamos também realizar o mapeamento e análise dos problemas e desafios existentes para a consecução do programa, no que se refere à sua implementação na realidade local, à relação intra e intergovernamental e à relação com beneficiários, a partir do ponto de vista de gestores e demais profissionais envolvidos no Programa, em especial seus educadores. Além disso, o mapeamento, junto a uma amostra de beneficiários, das expectativas e opiniões sobre o impacto efetivo do programa em sua vida profissional, bem como os desafios para cumprir com os requisitos do Programa e participar efetivamente do mesmo.

Foi feito um levantamento de informações sobre a realidade de Santa Rita, a fim de contextualizar as informações levantadas nas entrevistas na realidade, e uma avaliação do ProJovem em Santa Rita, com foco em sua gestão e nos desafios para a consecução do Programa na realidade de Santa Rita, demonstrando as particularidades relativas ao contexto local e as questões comuns a outras localidades, relatada pela literatura, a fim de apontar aspectos do Programa a serem melhorados tanto em sua concepção quanto em sua gestão e implementação.

O trabalho aqui apresentado visou contribuir com este importante programa no município de Santa Rita, tendo em vista os elevados índices que foram mostrados anteriormente, da grande vulnerabilidade juvenil no município de Santa Rita, e considerando a inexistência de estudos sobre o tema na cidade. Visou contribuir também com o debate sobre o Programa em nível nacional, trazendo subsídios baseados em sua implementação na realidade local específica.

É importante, a partir de casos concretos, construir subsídios para a avaliação e a melhoria do Programa, visando gerar soluções eficazes que possam ser aplicadas pelos educadores e gestores do ProJovem, não apenas em Santa Rita, mas em todo o país. O Programa tem sido discutido na área de Educação e de Trabalho, mas pouco trabalhado na área da Gestão ou Administração Pública, ou seja, sob a perspectiva de sua gestão concreta, foco que damos ao estudo. O trabalho analisa os principais problemas e desafios que dificultam a execução do Programa e a concretização de seus objetivos, apontando aspectos que devem ser observados por gestores e educadores na gestão do Programa, trazendo sugestões que possam ajudar a melhorar seu funcionamento.

A fim de atingir satisfatoriamente os objetivos a que se propõe, a pesquisa configura-se como exploratória e qualitativa. Envolveu os seguintes procedimentos metodológicos, visando a concretização de seus objetivos:

- Análise de documentos oficiais e literatura secundária sobre o ProJovem, visando caracterizar os eixos estruturantes dos programas voltados ao público jovem; as diretrizes a serem seguidas pelos programas; regras e procedimentos previstos; e resultados esperados;
- Levantamento de dados socioeconômicos da realidade local, com foco na juventude, através de bases existentes como a do IBGE e do próprio município;

- Busca de dados junto aos gestores envolvidos na execução do ProJovem em Santa Rita na Secretaria, a fim de compreender como se estrutura o Programa e se organiza sua gestão na localidade;

- Realização de entrevistas em profundidade, a partir de formulário semi-estruturado, com gestores e educadores envolvidos no programa, a fim de mapear os desafios que os mesmos identificam em sua atuação profissional;

- Realização de entrevistas em profundidade, a partir de formulário semi-estruturado, com beneficiários do Programa, com o objetivo de mapear as expectativas e as opiniões acerca da contribuição do Programa para suas vidas profissionais;

- Análise dos dados coletados à luz da literatura, trazendo subsídios para o debate nacional acerca do ProJovem e das políticas voltadas a esse público.

Para cumprir os objetivos apresentados para a presente pesquisa, o trabalho foi estruturado em dois capítulos.

No primeiro capítulo, buscamos explanar as políticas públicas voltadas aos jovens, mais especificamente o Programa Nacional de Inclusão de Jovens- PROJOVEM, que é um importante programa coordenado pelo Governo Federal com o intuito de garantir aos jovens acesso a direitos básicos, como conclusão do ensino fundamental e a qualificação profissional. Veremos os desafios, problemas, potencialidades, desse importante programa, e como é feita a avaliação e monitoramento das Políticas Públicas e do ProJovem. Neste capítulo, também veremos o que tem sido estudado sobre o ProJovem, com atenção especial aos desafios para a gestão do programa no nível municipal.

No segundo capítulo, faremos a descrição do programa no município de Santa Rita que é o nosso foco de pesquisa. Quando surgiu o programa no município, quais as características do programa neste município, quais foram os órgãos responsáveis pela implementação do programa no Município de Santa Rita, quantos e quem são os profissionais responsáveis pela gestão do programa, quais as suas atribuições, até que ponto os mesmos tem o poder de decisão. Como é feita a seleção desses profissionais, quais são os desafios que os mesmos enfrentam para gerir o programa, dentre outros. Como também como são selecionados os educadores, quais as disciplinas que os mesmo lecionam, quais os problemas que eles enfrentam para lecionar. Os problemas que dificultam uma melhor execução do programa, como são feitas a avaliação e o monitoramento do programa, e por último se o programa houve sucesso ou não na visão dos gestores e demais profissionais, dentre outras questões que abordaremos ao longo do capítulo.

Capítulo I. "PROJOVEM - ORIGEM, FUNCIONAMENTO E DESAFIOS PARA SUA EXECUÇÃO".

Na seção anterior pudemos ver o elevado índice de Vulnerabilidade Juvenil que existe no Brasil, e a importância de se criarem Políticas Públicas voltadas aos jovens como, por exemplo, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM que surgiu para diminuir esses índices e para que esses jovens pudessem ter o acesso a direitos como a conclusão do ensino fundamental e a qualificação profissional. Neste capítulo, veremos mais a fundo a importância desse programa, quando ele surgiu, sua reformulação e o motivo no qual esse programa foi reformulado, desafios e problemas que existem e dificultam uma melhor execução desse programa, outras políticas voltadas a esse público alvo, como também a questão do monitoramento desse importante programa e desafios para se fazer esse monitoramento. Faremos uma revisão de outros estudos sobre o programa nas diversas regiões, para que se possa fazer uma comparação de características e problemas semelhantes ao programa no município de Santa Rita, como também problemas exclusivos do programa neste município, dentre outras questões que abordaremos ao longo deste e no próximo capítulo.

1.1 Políticas Públicas voltadas à Juventude

Para os fins do presente trabalho, consideramos importante dialogar com as formulações teóricas produzidas no tema de políticas públicas e programas voltados a esse público específico, bem como trazer elementos da avaliação de políticas públicas que possam contribuir para a discussão que propomos. A noção de política pública é definida por Teixeira (2002) conforme segue:

“As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação” (TEIXEIRA, 2002: 5).

Diante dos indicadores mostrados anteriormente, o Governo Brasileiro criou diversas Políticas Públicas com o intuito de diminuir índices de vulnerabilidade juvenil e desigualdades sociais. Neste trabalho, temos como foco as políticas públicas e programas que promovem a qualificação profissional de jovens e adultos. Conforme afirma Nogueira: entende-se por programa:

“O Programa pode ser compreendido como o desdobramento do plano em unidades menores, contemplando setores diferenciados, ou seja, é um conjunto de projetos que perseguem os mesmos objetivos, guardando estreita relação entre os mesmos” (NOGUEIRA, 2002:11).

No que diz respeito a programas e políticas voltadas a esse público alvo, a história mostra que não existia um olhar de valorização voltado para a juventude. No Brasil, o tema ganhou maior relevância na década de 90, a partir dos esforços de pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis e gestores municipais que enfatizavam a singularidade da experiência social desta geração de jovens (BRASIL, 2006). Portanto, as demandas juvenis entraram apenas recentemente na agenda das políticas públicas. Ganharam força a partir de 2005, com a implementação da Política Nacional de Juventude – PNJ (SNJ, 2010).

E com a sua criação o Grupo interministerial identificou nove desafios que deveriam pautar a Política Nacional da Juventude:

1. Ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade.
2. Erradicar o analfabetismo entre os jovens.
3. Preparar para o mundo do trabalho.
4. Gerar trabalho e renda.
5. Promover vida saudável.
6. Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação.
7. Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas.
8. Estimular a cidadania e participação social.
9. Melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Outra orientação do Grupo interministerial, acatada pela Presidência da República, foi a criação de um programa nacional, de caráter emergencial, que fosse capaz de dialogar com a dívida social do país, contemplando os jovens excluídos com educação, formação profissional e emprego. Dessa forma, no início de 2005, o arcabouço institucional federal para a implementação de uma Política Nacional de Juventude contava com as seguintes institucionalidades:

1. Secretaria Nacional da Juventude, com as seguintes atribuições:
 - Formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude.

- Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude.
 - Desempenhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Nacional da Juventude.
2. Conselho Nacional da Juventude, criado para:
- Formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de Políticas Públicas de Juventude.
 - Fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil.
3. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, que contemplava ações de aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ordem comunitárias para os jovens e transferia auxílio financeiro da ordem de R\$ 100,00 para os jovens que apresentavam as seguintes características.
- Tinham entre 18 e 24 anos
 - Haviam concluído a 4ª série, mas não a 8ª série do ensino fundamental.
 - Não tinham vínculo empregatício (SILVA, ANDRADE 2009).

Vários fatores contaram para o reconhecimento da juventude como sujeitos de direitos que demandam políticas públicas específicas, dentre as quais destacam-se as mudanças nas estruturas produtivas mundiais e a intensificação da violência, assim como as políticas de flexibilização de direitos trabalhistas e enxugamento do Estado atingindo particularmente os jovens (MACEDO, 2013).

Além do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, vários outros programas foram criados pelo governo federal para beneficiar os jovens a partir de 2007, cujos principais mostraremos a seguir. No quadro abaixo, os programas foram agregados em sete eixos temáticos, de acordo com as principais atividades/benefícios ofertados: i) elevação de escolaridade, capacitação profissional, formação e qualificação profissional e cidadania; ii) educação - ensino médio e superior; iii) financiamento e crédito rural; iv) cultura, esporte e lazer; v) meio ambiente; vi) saúde e vii) segurança pública.

Quadro 1 - Políticas Públicas voltadas aos Jovens

Programa	Órgão	Principais benefícios oferecidos	Público-alvo
Eixo 1 – Elevação de escolaridade, qualificação profissional e cidadania			
1. Soldado Cidadão	Ministério da Defesa (MD)	Atividades de formação e qualificação profissional técnica para jovens egressos do serviço militar com o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho.	Jovens recrutas
2. Jovem Aprendiz	MTE	Aprendizagem de ofício ou profissão com contrato de trabalho determinado.	Jovens entre 14 e 24 anos
3. Programa Nacional de integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de Proeja.	MEC	Formação inicial e continuada/ensino fundamental; educação profissional técnica de nível médio/ensino médio; educação profissional e tecnológica integrada à educação escolar indígena.	Jovens com idade mínima de 18 anos na data da matrícula.

Programa	Órgão	Principais benefícios oferecidos	Público- alvo
Eixo 2 – Educação; ensino médio e superior			
4. Programa Universidade para Todos (ProUni)	MEC	Concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda Alunos do ProUni em tempo integral recebem bolsa de um salário mínimo mensal	Jovens com renda familiar <i>per capita</i> de até um e meio salário mínimo, para bolsa integral, ou até três salários mínimos, para bolsa parcial – 50% do valor da mensalidade – e professores da rede pública que não tenham formação superior
5. Projeto Rondon	MD	Desenvolvimento de trabalhos nas áreas de estudo em regiões remotas do Brasil, sob a supervisão de professores, durante as férias universitárias	Jovens estudantes de ensino superior

Eixo 3 – Financiamento e crédito rural			
6. Programa Nossa Primeira Terra	MDA	Linha de financiamento de Programa Nacional de crédito Fundiário (PNCF) para aquisição e investimento em infraestrutura básica de imóveis rurais	Jovens entre 18 e 28 anos que queiram permanecer no meio rural
7. Programa PRONAF jovem	MDA	Financiamento de até R\$ 6 mil para cada unidade familiar, sendo que o prazo de carência pagamento é de dez anos, com juro de 1% ao ano, e o prazo de carência pode ser de até cinco anos, dependendo da necessidade técnica do projeto	Jovens que tenham concluído a formação ou estejam cursando o último ano em centro familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional
Eixo- 4 Cultura, esporte e lazer			
8. Programa segundo tempo	Ministério do Esporte	Promoção do acesso de crianças e jovens da rede pública de ensino à prática esportiva, assegurando complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo.	Crianças e jovens em situação de risco social que estejam cursando o ensino fundamental ou médio.
9. Programa Bolsa Atleta	Ministério do Esporte	Garantia de apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos que não contam com o patrocínio da iniciativa privada e que já começaram a mostrar seu alto potencial e competições nacionais e internacionais. O apoio financeiro tem duração de um ano, podendo ser prorrogado	Jovens maiores de 12 anos, atletas das categorias: estudantil, internacional, nacionais e olímpicos paraolímpicos.
10. Programa Escola Aberta	MEC	Oferta de atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer em escolas públicas do ensino médio e fundamental, que são abertas nos fins de semana exclusivamente para atender a comunidade. Os jovens que ministram as oficinas recebem ajuda de custo mensal de R\$ 150,00	Jovens e pessoas da comunidade

Eixo- 5 Meio Ambiente			
12. Programa Juventude e Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente (MMA) E MEC	Formação e fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens em cinco eixos: educação ambiental. Fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política	Jovens entre 15 e 29 anos
Eixo 6 -Saúde			
13. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) – apoio Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a cultura (UNESCO) e(UNICEF)	Ministério da Saúde (MS) MEC	Submissão voluntária a testes em vírus de imunodeficiência humana (HIV); disponibilidade de preservativos nas escolas informações sobre: prevenção do HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis DSTs) saúde reprodutiva e drogas.	Jovens entre 14 e 19 anos estudantes das escolas públicas
14. Programa Saúde na Escola (PSE)	MSe MEC	Avaliação das condições de saúde; ações de segurança alimentar e promoção da alimentação saudável; promoção das práticas corporais e de atividade física; educação para a saúde sexual; saúde reprodutiva e prevenção DSTs/AIDS; ações de prevenção de gravidez na adolescência; prevenção ao uso álcool, tabaco e outras drogas; promoção da cultura da paz; educação permanente de jovens para promoção da saúde	Alunos da rede pública de ensino: ensino fundamental, ensino médio, rede federal de educação profissional e tecnológica e EJA
Eixo 7 – Segurança Pública			
15. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)	Ministério da Justiça (MJ)	Redução da exposição dos jovens à violência e à criminalidade	Tem como público prioritário de ações a população de 15 a 24 anos de idade, moradora das regiões metropolitanas mais violentas do país

16. Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens	Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)	Mobilização de diferentes atores sociais; produção de indicadores sobre a mortalidade de adolescentes e jovens; levantamento, análise e difusão de metodologias que contribuam para a prevenção da violência e , sobretudo, para a diminuição das taxas de letalidade de adolescentes e jovens no Brasil	O público é constituído de adolescentes e jovens. Em agosto de 2009, a faixa etária ainda não estava definida.
---	--	--	--

Fonte: (SILVA, ANDRADE; 2009).

Segundo o Portal da Transparência do Governo Federal no ano de 2013, juntando alguns dos principais programas que foram citados anteriormente como o Pronaf, o Segundo Tempo, o Pronasci, e o ProJovem, foram gastos aproximadamente R\$ 313.761.986,10 com esses programas voltados aos jovens (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2013).

Portanto, diante do que relatamos anteriormente é perceptível que o universo juvenil é complexo, compreende múltiplas singularidades que precisam ser levadas em consideração na elaboração e implementação de políticas públicas. Diante do desafio de inovar esta concepção, o Governo Federal passou a reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonistas do desenvolvimento nacional (BRASIL, 2006).

1.2 Abordagem sobre a criação do Programa ProJovem

Esta nova forma de considerar a juventude teve como marco importante a criação, em 2004, do Grupo interministerial – coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e composto por 19 ministérios secretarias e órgão técnico especializado – que levantou os principais programas federais para esse segmento populacional e realizou um diagnóstico da situação dos jovens brasileiros. Um resultado imediato do trabalho foi à definição da Política Nacional de Juventude, cuja implementação é coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República. O momento, portanto, revelou a prioridade conferida à juventude, estimulou o desenvolvimento de novas ações e a consolidação de práticas que buscam garantir direitos e oferecer oportunidades aos jovens brasileiros (SILVA, ANDRADE; 2009).

Vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) é responsável por articular os programas e projetos, em âmbito federal,

destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos; fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal; interagir com os poderes Judiciário e Legislativo na construção de políticas amplas; e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas. A Secretaria também coordena o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) (BRASIL,2006).

Portanto, foi então instituída a Política Nacional de Juventude (PNJ) por meio da Medida Provisória 238, assinada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de fevereiro de 2005, sendo substituída pela Lei Nº 11.129 de 30 de junho de 2005, a qual tem seus programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral dos jovens (BRASIL, 2012).

A Política Nacional de Juventude é considerada a primeira política de Estado destinada para os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos. Tem por finalidade criar organismos que dêem condições favoráveis para romper com o ciclo vicioso das desigualdades sociais e restabelecer um novo momento de oportunidades para os jovens em relação a sua vida pessoal, profissional e social (idem).

Nesta mesma ocasião, foi criado o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE): criado em fevereiro de 2005, é um espaço de diálogo entre a sociedade civil, o governo e a juventude brasileira. É um órgão consultivo e tem o objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

O Conjuve é formado por representantes do poder público e da sociedade. A sociedade civil é representada por dois terços dos membros do Conselho e participa por meio de entidades, movimentos e redes de jovens, de organizações não-governamentais que trabalham com os mais diversos segmentos juvenis e de especialistas na temática da juventude. Também integram o Conselho os Ministérios que desenvolvem programas e ações voltados para a juventude, representantes do Fórum de Gestores Estaduais e da Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude e das entidades municipalistas. A constituição do Conselho transforma em política de Estado a questão da juventude e revela um consistente pacto pelos direitos dos jovens.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), O Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) Estas ações representaram o marco inicial de uma Política Nacional de Juventude, pois criavam um órgão responsável por coordenar e articular a política nacional, um conselho para propor, acompanhar, avaliar programas e ações, e um programa voltado para a inclusão de jovens, respectivamente (MACEDO, 2013).

1.3 Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem “Original”

Inicialmente o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) era destinado aos jovens de 18 a 24 anos, que não tivessem carteira profissional assinada e que tivessem terminado a 4ª série, mas que não tivessem concluído a 8ª série do Ensino Fundamental. O curso proporcionava aos jovens a conclusão do Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias.

O curso tinha a duração de 12 meses, e os alunos tinham aulas das disciplinas próprias do ensino fundamental, cursos de língua inglesa, de informática básica e recebiam qualificação profissional inicial adequada às oportunidades de trabalho de sua cidade. Os jovens recebiam um incentivo mensal de R\$ 100,00 desde que cumprissem 75% da frequência às aulas e demais atividades previstas. Ao final do curso, os jovens eram submetidos a uma avaliação nacional para receberem os certificados de conclusão do Ensino Fundamental.

O ProJovem “original” foi implantado em todas as capitais brasileiras e foi se expandindo pelas cidades das regiões metropolitanas das capitais com mais de 200 mil habitantes (BRASIL, 2006).

O ProJovem foi implantado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A meta inicial do ProJovem foi atender a cerca de 200.000 jovens, no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal.

Em 2007, após amplo processo de avaliação, o Programa se reorganizou, expandindo seu foco de ação. O ProJovem original tornou-se ProJovem Urbano, permanecendo com a finalidade de elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências e de cidadania (BRASIL, 2012).

1.4 As mudanças ocorridas no ProJovem a partir de 2007 e sua reformulação

Em 2007, quando a Política Nacional de Juventude completava dois anos, o governo federal iniciou nova discussão para redesenhar tal política, que ainda padecia de alguns vícios de origem, pois neste período não se conseguiu avançar na coordenação e integração dos programas e ações federais voltados para os jovens.

Neste momento, o governo federal ainda executava, por meio de cinco ministérios diferentes, seis programas emergenciais voltados para a juventude excluída do mercado de trabalho e com poucos anos de estudos e reduzida capacitação profissional: ProJovem – Secretaria – Geral da Presidência da República/ Secretaria Nacional de Juventude; Consórcio Social da Juventude e Juventude cidadã – ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Agente Jovem – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS); Escola de Fábrica – Ministério da Educação (MEC); E Saberes da Terra – Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Tais programas tinham em comum a atenção voltada para a ampliação da escolaridade e formação Profissional e o repasse de diferentes auxílios financeiros aos jovens, como contrapartida de sua participação nas atividades oferecidas. Entretanto, a execução e a gestão destes não se davam de forma integrada e coordenada, sendo que nenhum tinha capacidade de atender universalmente todos os jovens considerados excluídos e que portanto, eram público-alvo dos programas. Caracterizavam-se, de forma geral, por ações pontuais, fragmentadas e paralelas.

Porém, as recomendações de extinções, fusões ou readequações de ações anteriores visando à melhoria da gestão encontraram grande resistência por parte dos órgãos executores dos diferentes programas existentes, as recomendações de extinções, fusões e incorporações de ações e programas executados por órgãos diferentes não raramente são rechaçadas. Geralmente, os argumentos da racionalidade técnica e da melhoria da gestão, que resultariam na possibilidade de atender maior número de jovens sem que fosse necessário aumentar os recursos na mesma proporção, são descartados frente ao forte apego institucional que leva diferentes órgãos e forças políticas representadas a competir entre si pela marca de programas próprios e pelas diferentes formas de atuação e gestão. Por questões desse natureza, no fim do processo de discussões e avaliação, não houve extinção de programas e as ações anteriores foram abrigadas sob a denominação de um único nome: *ProJovem Integrado*, que foi lançado em setembro de 2007.

O novo ProJovem ou *ProJovem Integrado* é o resultado da unificação de seis programas já existentes – ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude Cidadã – e está subdividido em quatro modalidades: i) ProJovem Urbano – serviço socioeducativo; ii) ProJovem Trabalhador; iii) ProJovem Adolescente; e iv) ProJovem Campo – Saberes da Terra. Destinado a jovens de 15 a 29 anos, o ProJovem Integrado entrou em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2008 com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. A gestão do programa é compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República – por meio da Secretaria Nacional de Juventude, o MTE, o MDS e o MEC.

O ProJovem na versão atual padronizou o valor auxílio financeiro pago aos beneficiários de três das quatro modalidades – ProJovem Urbano, ProJovem Trabalhador e ProJovem Campo. Além disso, o Público-alvo foi ampliado. Em 2008, foram previstos recursos para o programa de cerca de R\$ 1,2 bilhão. A meta do governo federal em 2010 era oferecer 3,5 milhões de vagas por meio destes programas, para tanto anunciou-se a previsão de recursos públicos da ordem de R\$ 5,4 bilhões (SILVA, ANDRADE; 2009).

1.4.1 Modalidade ProJovem Urbano

O ProJovem Urbano é uma reformulação do ProJovem original, criado em 2005, e teve como objetivo elevar o grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias e exercício da cidadania. gerido pela Secretaria Nacional de Juventude a reformulação do antigo ProJovem consistiu nos seguintes eixos: ampliação da faixa etária de atendimento até 29 anos idade; aumento do período do curso de 12 para 18 meses; entrada de jovens com carteira de trabalho assinada; inclusão de jovens alfabetizados que não concluíram o ensino fundamental e que sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo; e ampliação para municípios com mais de 200 mil habitantes.

Outra novidade do programa se refere ao auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00 aos jovens beneficiários, o valor é fornecido desde que apresente pelo menos 75% de participação das atividades presenciais em cada etapa da formação e 75% das atividades não-presenciais por mês no período formativo. E, no final do processo formativo, o jovem passa por um exame nacional externo para a certificação de conclusão do Ensino Fundamental e de Qualificação profissional (FIGUEIREDO, 2006).

1.4.2 Modalidade ProJovem Trabalhador

O ProJovem Trabalhador, gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tem como público-alvo jovens com idade entre 18 e 29 anos que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego, e que são membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo. Seu objetivo é preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção.

Os participantes recebem um auxílio no valor de R\$ 600,00 em seis parcelas de R\$ 100,00, mediante comprovação da frequência aos cursos de qualificação. Sua implantação ocorreu por meio da submodalidade que, na prática foram alguns dos programas existentes antes da mudança proposta em 2007, a saber: i) Consórcio Social da Juventude, caracterizada pela participação indireta da União, mediante convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, para atendimento aos jovens; ii) Juventude Cidadã, caracterizada pela participação direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no atendimento aos jovens; iii) Escola de Fábrica, que migrou do MEC para o MTE e é caracterizada pela integração entre as ações de qualificação social e profissional com o setor produtivo; e iv) Empreendedorismo Juvenil, caracterizada pelo fomento de atividades empreendedoras como formas alternativas de inserção do jovem no mundo do trabalho (SILVA, ANDRADE; 2009).

1.4.3 Modalidade ProJovem Adolescente

O ProJovem Adolescente, serviço socioeducativo, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, é uma reformulação do Projeto Agente Jovem e destina-se aos jovens de 15 e 17 anos: i) pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF); ii) egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto; iii) em cumprimento ou egressos de medida de proteção; iv) egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); ou v) egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual. Seus objetivos declarados são complementares para a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. O programa oferece atividades socioeducativas durante 24 meses e ao contrário das demais modalidades, o auxílio financeiro previsto de R\$ 30,00 é pago diretamente às

famílias mediante comprovação de frequência à escola e no limite de até dois benefícios por família. (IDEM)

1.4.4 Modalidade ProJovem Campo

O ProJovem Campo é gerido pelo Ministério da Educação, é uma reorganização do Saberes da terra e destina-se aos jovens com idade entre 18 e 29 anos, que vivem nas áreas rurais e que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. Seu objetivo maior é elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e a formação profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A formação tem duração de 24 meses e os jovens recebem uma bolsa de R\$ 100,00 durante 12 meses. Apenas tem direito à certificação em *ensino fundamental com qualificação profissional inicial em produção rural* aqueles que concluírem com aproveitamento o processo formativo e obtiverem frequência mínima de 75% da carga horária do curso. (IDEM)

Para termos uma melhor visualização do que foi mudado no ProJovem e sua divisão de modalidades, mostraremos num quadro abaixo as principais mudanças introduzidas no ProJovem em 2007.

Quadro 2 - Principais Mudanças no ProJovem a partir de 2007

Programa anterior 2004	Programa após a unificação	Vínculo Institucional	Principais Mudanças
ProJovem	ProJovem Urbano	SGPR/SNJ	Ampliou a faixa etária de 18 a 24 anos para 18 a 29 anos. Ampliou a duração do programa de 12 para 18 meses. Foi estendido para as unidades prisionais ou socioeducativas de privação de liberdade. Excluiu a condição de não presença no mercado de trabalho Mudou a forma de repasse para os municípios, os estados e o Distrito Federal, pois não é mais exigido o repasse por meio de convênio ou instrumento congêneres. Agora o repasse é realizado por transferência automática. Ampliou para municípios com mais de 200 mil habitantes. A Bolsa é disponibilizada desde que tenham 75% nas atividades presenciais e não-presenciais
Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Empreendedorismo	ProJovem Trabalhador	MTE	Incorporou o programa Escola Fábrica, do MEC Alterou a faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29 anos
Agente Jovem	ProJovem Adolescente	MDS	Extinguíu o auxílio financeiro de R\$ 65,00 – um benefício de R\$ 30,00 é pago diretamente as famílias Ampliou a permanência no programa para até 24 meses Previu a expansão territorial na lógica dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) Sistema único de Assistência Social (Suas) para 4 mil municípios até 2010
Saberes da Terra	ProJovem Campo – Saberes da Terra	MEC e MDA	Delimitou a faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos -antes o programa atendia a partir dos 15 anos e não tinha limite de idade ainda que priorizasse os jovens entre 15 e 29 anos Incluiu Bolsa Auxílio mensal de R\$ 100,00 por jovem atendido -antes não concedia auxílio financeiro.

Fonte: (SILVA, ANDRADE; 2009)

O ProJovem é estruturado a partir do PPI – Projeto Pedagógico Integrado, que expõe em suas diretrizes a ação de um currículo integrado e inovador em constante articulação com o modelo de gestão em rede com foco no pedagógico, formando uma rede

que propõe a organização do trabalho educacional na perspectiva da autonomia e da pluralidade (SALGADO, 2008).

O ProJovem estabelece diretrizes curriculares e metodológicas que orientam a elaboração de materiais didáticos próprios, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. Desse modo, a conformação curricular é construída a partir do cruzamento de eixos estruturantes com conteúdos curriculares selecionados (ciências humanas, língua portuguesa, inglês, matemática, ciências da natureza, qualificação profissional e participação cidadã) (RIBEIRO, 2009).

Conforme observa Ribeiro (2009), os alunos do ProJovem são, de modo geral, jovens caracterizados por indicadores de cor/raça em que a parda/negra predomina; de renda baixa, tanto familiar quanto individual; de oportunidades de formação e inserção no trabalho precárias; de acesso limitado a bens de consumo; e de redes de sociabilidade restritas. Ou seja, são sujeitos marcados por desigualdades e discriminações bastante visíveis. Diante disso, a autora afirma que Estados e municípios devem ler o Programa e traduzí-lo para a realidade de seus alunos e de sua localidade, na perspectiva de garantir o direito a uma oferta pública diversificada e qualificada, articulando-o com as demais iniciativas em curso nos seus respectivos territórios (RIBEIRO, 2009).

Em relação à gestão do programa o ProJovem Urbano conta com um Comitê Gestor coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude e integrado pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A execução do Programa fica sob a responsabilidade da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, vinculada à SNJ. Cabe à Coordenação Nacional articular as gestões locais com vistas a possibilitar o cumprimento dos princípios, fundamentos e diretrizes nacionais do Programa, bem como a coordenação da produção dos materiais de ensino e aprendizagem, a formação dos educadores, a circulação de informações entre os participantes e o processo de monitoramento e avaliação externa de todo o ProJovem Urbano. O ProJovem Urbano mantém a estratégia de acordos com as capitais, o distrito federal e os municípios maiores de 200.000 habitantes, mas é também executado em parceria com os estados, para atender municípios menores (BRASIL, 2008).

A gestão local é feita da seguinte forma: cada Estado, Município ou DF integrante do ProJovem Urbano conta com: (a) um Comitê Gestor local, formado por representantes das secretarias estaduais, municipais ou do DF, responsáveis pelas áreas de juventude, educação, desenvolvimento/assistência social e trabalho. Outras secretarias também podem fazer parte

desse Comitê como forma de potencializar as ações do ProJovem Urbano; (b) uma coordenação local (estadual, municipal ou DF) incumbida da operacionalização do Programa em nível local de modo a alcançar o maior número possível de jovens excluídos, assegurando a permanência dos alunos no curso com aprendizagem efetiva. As equipes de coordenação estadual, municipal ou DF são compostas por um coordenador executivo, um coordenador pedagógico e pessoal de apoio técnico e administrativo. Portanto, segundo o PPI do ProJovem, cabe a essas equipes, de acordo com diretrizes gerais da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, entre outras ações, articular-se com as administrações locais para tratar de:

- Gerenciamento do ProJovem Urbano no nível estadual/municipal/DF;
- Definição dos estabelecimentos escolares em que serão realizadas as atividades do curso;
- Definição dos locais de aulas práticas para o desenvolvimento dos arcos ocupacionais;
- Apresentação do ProJovem Urbano aos diretores desses estabelecimentos e a outros funcionários cujo trabalho for afetado pelo funcionamento do curso;
- Recrutamento e seleção de educadores de Formação Básica, de Qualificação Profissional e de Participação Cidadã;
- Contratação dos educadores selecionados;
- Organização do recrutamento e da matrícula dos alunos;
- Atendimento às solicitações do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- Organização da formação inicial e continuada dos educadores sob sua jurisdição;
- Definição das instituições certificadoras da conclusão do ensino fundamental e ou da habilitação nos arcos ocupacionais (BRASIL, 2008).

O pólo é a menor instância de gestão do ProJovem Urbano, cada Pólo compreende 16 núcleos que variam de 2400 até 3.200 alunos e possui uma equipe de gestão composta por: (a) um diretor-executivo; (b) um diretor pedagógico; e (c) pessoal de apoio técnico e administrativo. Além desse pessoal, são lotados em cada pólo ou na coordenação local (quando for o caso) os educadores que trabalham nos núcleos: (i) educadores de Formação Básica, com licenciatura plena (sendo de cada área do ensino fundamental); (ii) educadores de Qualificação Profissional, com qualificação adequada ao desenvolvimento dos arcos ocupacionais escolhidos pela gestão local; (iii) educadores de Participação Cidadã, com

graduação em Serviço Social. Cada educador de Formação Básica atua em cinco turmas e cada educador de Participação Cidadã, em dez. Os educadores de Qualificação Profissional atuam em turmas reestruturadas de acordo com os arcos ocupacionais oferecidos no núcleo (BRASIL, 2008).

Um núcleo deve ter cinco turmas, sendo cada uma composta por, de preferência, 40 alunos, admitindo-se, excepcionalmente, variar até 20 alunos. Um núcleo deve atender no mínimo a 150 e, no máximo, a 200 alunos. Preferencialmente as cinco turmas devem funcionar na mesma escola, excepcionalmente poderão funcionar em até duas unidades escolares próximas.

A equipe de direção do pólo, subordinada à coordenação local, tem como principais atribuições: i) gerenciar o ProJovem Urbano no respectivo pólo; ii) auxiliar na apresentação do ProJovem Urbano aos diretores e outros funcionários dos estabelecimentos em que funcionará o curso; iii) atuar no recrutamento e seleção de educadores de Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã; iv) atuar no recrutamento e na matrícula dos alunos; v) coordenar o trabalho pedagógico e administrativo dos núcleos, em comum acordo com os diretores das escolas envolvidas; vi) promover reuniões semanais de planejamento integrado das atividades de ensino e aprendizagem; vii) implementar as atividades de formação continuada, apoiando a instituição formadora local; viii) supervisionar o trabalho, a frequência e a pontualidade dos educadores lotados no Pólo; ix) manter registro atualizado do aproveitamento e frequência dos alunos, conforme solicitação do Sistema de Monitoramento e Avaliação; e x) facilitar ao pessoal do Sistema de Monitoramento e Avaliação o acesso aos núcleos, aos educadores e aos jovens (BRASIL, 2008).

1.5 Problemas e Desafios relacionados ao Programa

Conforme afirma o Projeto Pedagógico Integrado – PPI do ProJovem Urbano alguns dos principais desafios que se apresentam para a gestão do programa dizem respeito a:

Redefinição do público potencial do Programa: Onde para o planejamento do ProJovem Urbano a Coordenação Nacional, realizou, em 2007, um estudo populacional com o objetivo de estimar, para 2008, o público potencial do Programa e suas variáveis populacionais: escolaridade, faixa etária a ser atendida e distribuição geográfica. Para o estudo, definiu-se como população jovem excluída aquela formada por jovens na faixa etária de 18 a 29 anos que possuem de um a sete anos de escolaridade. Essa redefinição do público potencial implica resolver, entre outros, o problema de encontrar meios para alcançar jovens geograficamente dispersos nas cidades de menor porte e até em algumas cidades maiores

onde, mesmo havendo grande número absoluto de jovens excluídos, sua densidade é pequena no conjunto da população. Implica, além disso, adequar a organização do curso para funcionamento nas unidades prisionais e instituições sócio-educativas.

Gestão inter-setorial: Para viabilizar a concepção interdimensional do ProJovem Urbano, é necessário que sua gestão seja inter-setorial e compartilhada pelos órgãos de administração de políticas de juventude, educação, trabalho e desenvolvimento social, em todos os níveis de implementação. Nesse sentido, um aspecto crucial é a criação/implementação/potencialização de instâncias da juventude, tais como secretarias estaduais, municipais e do DF de juventude e conselhos que possam promover a transversalidade da política e dar sustentação às coordenações locais para articular, nesses níveis, as diferentes dimensões do ProJovem Urbano.

Conforme afirma Carvalho (2012):

“A descentralização e a intersectorialidade são pressupostos básicos para se pensar em inovação em políticas públicas voltadas para a juventude. A descentralização diz respeito a um reordenamento do aparato estatal que atribui maior autonomia às instâncias de poder local, ou seja, os municípios. A intersectorialidade importa visto que compreende ações articuladas entre diferentes setores do poder público, organizações da sociedade civil e atores sociais” (CARVALHO, 2012:24).

E por último o redesenho da matrícula, que por levarem conta o caráter nacional do ProJovem Urbano e, ao mesmo tempo, a importância da ação local no recrutamento e no acompanhamento dos jovens estudantes, a estratégia de matrícula no curso prevê diretrizes nacionais que orientam as atividades realizadas nos estados e municípios. Dentre algumas modificações está o de que em cada ano, o início de novas turmas só poderá ocorrer em momentos que serão definidos pela Coordenação Nacional do ProJovem; como também em relação as matrícula que passaram a ser realizadas pelos estados/municípios/DF por meio de sistema informatizado, e acompanhadas pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) (BRASIL, 2008).

Há muitas dificuldades e dilemas relacionados a esse programa, devido ao formato de convênio com prefeituras municipais, mantendo uma forte centralização nas regras, procedimentos e suporte financeiro, impõe problemas gerenciais típicos da divisão de esferas de comando e da dimensão nacional do Programa, com execução localizada. Grandes atrasos na aquisição, distribuição e instalação dos computadores podem ser considerados uma decorrência. Por outro lado, avolumaram-se de forma impressionante os relatos de problemas de acolhimento do Programa e seus alunos nas escolas de acordo com estudiosos do programa (COSTA, 2007). Indubitavelmente os novos desafios se apresentam, não somente para a

gestão do Programa, mas também para os que trabalham com sua avaliação e monitoramento. Como observa Costa (2007), problemas administrativos, advindos da criação de toda a estrutura do Programa, limitaram em muito a possibilidade de avaliação de seu desenho, dado que o consolidado até agora diz respeito a uma fase em que as propostas e promessas foram realizadas apenas parcialmente.

1.6 Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e do ProJovem

Uma das mais importantes medidas tomadas na implantação do ProJovem foi a criação do SMA - Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa, voltado para: supervisão das condições de oferta local do Programa; avaliação externa de alunos; monitoramento da matrícula, frequência e realização das atividades pedagógicas; avaliação do Programa, que atua em todo país com o objetivo de verificar seu desenvolvimento e melhorar sua eficácia. (FIGUEIREDO, 2006). Coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, é executado mediante convênio da Secretaria-Geral da Presidência da República com sete Universidades Federais que atuam de forma regionalizada, nas capitais e cidades de suas regiões metropolitanas, da seguinte forma:

- Universidade Federal do Pará (UFPA): Regional Norte;
- Universidade Federal da Bahia (UFBA): Regional Nordeste I;
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): Regional Nordeste II;
- Universidade de Brasília (UnB): Regional Centro-Oeste;
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): Regional Sudeste I;
- Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): Regional Sudeste II;
- Universidade Federal do Paraná (UFPR): Regional Sul.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) possui instância decisória, o Conselho Técnico, presidido pela Coordenação Nacional do ProJovem, com a participação dos coordenadores do sistema nas Universidades Federais que o compõem. Para a avaliação do Programa, o SMA conta com metodologia que articula pesquisas quantitativas e qualitativas, avaliando, dentre outros aspectos: os perfis dos alunos e educadores, a aprendizagem (proficiência agregada), a permanência dos jovens no Programa, o material didático e o Projeto Pedagógico Integrado – PPI (BRASIL, 2008).

A avaliação das políticas públicas é uma das fases mais importantes do “ciclo de políticas”.

Como afirma Rua (2009):

“A avaliação contribui para aperfeiçoar a formulação de políticas e projetos e apontar em que medida os governos se mostram responsáveis frente às necessidades dos cidadãos. Pode-se considerar a avaliação como uma análise dos processos, produtos, qualidade, efeitos, impactos, das ações realizadas” (RUA, 2009:111).

Nas últimas décadas a avaliação de políticas e programas governamentais assumiu grande relevância para as funções de planejamento e gestão governamentais. O interesse pela avaliação tomou grande impulso com a modernização da Administração Pública (GIANE, 2006). O tema é caro ao trabalho aqui proposto, pois o mesmo consiste em uma análise com caráter avaliativo do ProJovem.

Conforme afirma Fagundes (2009),

“A importância do uso de avaliação de programas e políticas permite (quando conduzida dentro de rigor teórico e metodológico, adequado aos propósitos de tomada de decisão acerca dos programas) que esta seja dotada de maior racionalidade técnica e gerencial” (FAGUNDES, 2009:2).

Ainda segundo Giane (2006), a avaliação pode subsidiar o planejamento e formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes, assim como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. É um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo.

No entanto, Barreira (2000) observa que:

“As avaliações não são publicadas na sua totalidade, impedindo acesso a seus resultados pelos demais profissionais interessados no campo, como também para o público em geral. Poucos são os estudos e trabalhos publicados, e os pesquisadores existentes se concentram mais em divulgar novas teorias e métodos, desvinculados de sua validade e aplicação na prática” (BARREIRA, 2000:27).

Concordamos com o exposto pela autora, e buscaremos, na pesquisa proposta, focar na aplicação prática dos conhecimentos produzidos a partir da avaliação do Programa.

No Brasil, a importância da avaliação de programas e políticas governamentais vem sendo reconhecida nos últimos anos, apesar de se tratar ainda um campo de construção recente e pouca tradição. O Governo Federal brasileiro tem realizado a avaliação sistemática de seus programas nas últimas gestões. Esta avaliação tem ênfase na eficácia e eficiência dos

programas expressos nos Planos Plurianuais. Como observa Giane (2006), a demanda por avaliações no país foi impulsionada por fatores como a crise fiscal, que diminuiu a capacidade de gasto dos governos e aumentou a pressão por maior eficiência; o aprofundamento da democracia, que trouxe novos atores sociais e reivindicações aos governos; e a longa crise econômica brasileira, que aumentou a desigualdade social e a busca pelos programas sociais do governo.

A aplicação sistemática da avaliação de programas é uma prática recente na administração pública brasileira, tanto federal como estadual, especialmente com a abrangência de todos os programas do Plano Plurianual(idem). Porém, como observa o próprio autor, é necessário que se façam alguns ajustes, ou seja, existe a necessidade de uma maior integração entre os processos de monitoramento e de avaliação e os outros estágios do ciclo de gerenciamento, especialmente no que está relacionado à alocação de recursos orçamentários e a tomada de decisão dos gestores (GIANE, 2006).

Ao pensarmos em uma política voltada para a juventude devemos estar cientes de que existem muitos pontos a serem conhecidos por nós sobre estas diferentes juventudes (FIGUEIREDO, 2006), permeadas por vulnerabilidades sociais, sendo elas negativas, no que dizem respeito aos obstáculos impostos pela violência, discriminação e preconceito, ou positivas no que dizem respeito às possibilidades, ou seja, que através dessas políticas os jovens possam ter a oportunidade de obter a conclusão dos estudos e a qualificação profissional, estando então aptos realmente para ingressarem no mercado de trabalho (CASTRO, 2007).

1.7 O que tem sido discutido sobre o Programa?

A partir de pesquisas, percebemos que o ProJovem Urbano tem sido muito estudado e discutido, e uma das questões que está sendo bastante discutida e analisada nos estudos é o fato do programa ser a nível nacional, ou seja, ao mesmo tempo em que ele é expandido pelo mais diversas regiões brasileiras, os gestores e profissionais envolvidos no programa devem seguir aquilo que se encontra na resolução do programa por se tratar de um programa a nível nacional. Porém, pelo fato de cada região possuir suas próprias características as demandas de cada uma delas também diferem uma das outras. Diante disso, a margem de modificação de mecanismos para se chegarem aos objetivos pretendidos é mínima, o que implica muitas vezes aos gestores e professores que fazem parte do programa atentarem por buscar outros meios de executar suas funções para que possam atingir aos objetivos impostos pela resolução do programa.

Em estudo realizado no município de Santa Rita, mais especificamente na modalidade Trabalhador do programa no município, observaram-se assuntos relacionados a inclusões de conteúdos nos materiais que é disponibilizado pelo governo federal ao programa, foi preciso modificar o material que é oferecido aos alunos beneficiários do ProJovem Trabalhador, para que pudessem contemplar a diversidade juvenil local. Desse modo, percebeu-se que a atuação do corpo docente foi primordial, pois, foi quem avaliou e reestruturou o material utilizado (MORAES, 2011).

Também tem sido bastante discutida a questão da avaliação e monitoramento do programa. Por exemplo, no município de Pombal a avaliação é feita através de um modelo de formulação interativo-interativo, onde todos participam da avaliação, gestores, educadores e os jovens que participam do programa. Outra maneira de avaliação do programa nesse município é através de exames aplicados trimestralmente junto aos alunos que diagnosticam o grau de desenvolvimento das habilidades básicas dos alunos. As provas são aplicadas ao final de cada unidade formativa que tem a duração de três meses, sendo uma “interna”, aplicada pelos próprios educadores dos núcleos e outra “externa” (denominada prova de ciclo ou diagnose) aplicada pela Universidade Federal da Paraíba.

Porém, existem problemas em relação a essas avaliações, pois, no estudo feito em Santa Rita sobre o Projovem na modalidade trabalhador, por exemplo, observou-se que é feito um acompanhamento sobre a realização do programa, mas não se apresenta nenhum relatório ou escrita avaliando o projeto de modo sistemático. Portanto, através das avaliações foi observado que em muitas localidades o programa foi visto de forma positiva, porém, na sua execução há entraves que ocorreram no seu percurso, e dessa forma, se faz necessário à reorganização e o ajustamento de problemas operacionais presentes na execução da máquina pública, como os processos de licitação, distribuição, controle e estoque dos insumos necessários para boa execução do programa.

Outro desafio observado pelos gestores do ProJovem Trabalhador no município de Santa Rita foi a dificuldade em se avaliar o impacto do programa a nível estadual, pois, há um quadro limitado de recursos humanos para efetivar o processo de monitoramento compatível com a abrangência territorial e o tamanho do programa. Outro problema é a influência política, é algo que dificulta demasiadamente o acompanhamento do programa regionalmente, interferindo negativamente na execução do programa e na identificação de possíveis falhas, ou problemas, que possam estar sendo solucionados ou reparados.

Capítulo II. “PROJOVEM” EM SANTA RITA

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do estudo utilizamos a pesquisa exploratória, pois, segundo Gil (2008) a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado.

Nessa pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa que, como afirma Neves (1996), costuma ser direcionada ao longo de seu desenvolvimento, e não se utiliza de dados numéricos, e sim de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto do estudo.

Portanto, para este trabalho foi utilizado como coleta de dados entrevistas com duas atuais gestoras do ProJovem urbano de Santa Rita-PB, e com duas gestoras antigas do programa, também com dois educadores do programa e três beneficiários através de questionários semi-estruturados que, para facilitar a análise, foram gravadas em gravador digital e transcritas na íntegra para fins de sistematização e análise dos dados.

2.1 Análise do objeto específico/campo dados coletados

No Capítulo anterior vimos as Políticas Públicas voltadas à juventude criadas no Governo Lula a partir de 2004, a criação da Política Nacional da Juventude, junto com o Conjuve e a então Política Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, e os desafios e problemas que os gestores e profissionais envolvidos nesse importante programa enfrentam para gerí-lo, como também o que tem sido estudado sobre o ProJovem, a partir de análise documental e bibliográfica. Neste Capítulo, vamos conhecer o ProJovem Urbano da cidade de Santa Rita PB. Como vimos anteriormente essa cidade abriga um elevado contingente de jovens em situação de expressiva vulnerabilidade e, como o ProJovem Urbano é uma política pública que visa resgatar esse público-alvo, mostraremos a eficiência desse programa, se de fato esse programa tem resgatado esses jovens que estão vulneráveis. Como nosso foco de pesquisa é a gestão do programa, mapearemos o perfil dos profissionais envolvidos no programa (gestores e educadores), como é feita a seleção desses profissionais, os órgãos que foram mobilizados para a implementação do programa no Município de Santa Rita, quando se iniciou o programa, quantos jovens são beneficiados com o programa e os principais problemas e desafios dificultam uma melhor execução do programa nesta localidade.

2.2 Caracterização do ProJovem Urbano de Santa Rita-PB

Em dezembro de 2013, foi feita nossa primeira entrevista com a antiga gestora geral do ProJovem que no ano citado estava no posto de gestora através de cargo comissionado. Porém, em abril de 2014, como o prefeito da cidade teve o seu mandato cassado, e o seu vice tomou posse, a gestora geral junto com seus assistentes foram substituídos por outros gestores de confiança do então vice, que se tornou o então atual prefeito da cidade. Em novembro de 2014 voltamos à Secretaria de Educação do município de Santa Rita para concluirmos a pesquisa campo do presente trabalho, e entrevistamos os atuais gestores do programa para que pudéssemos adquirir dados orçamentários e documentos relacionados ao programa. Como já havíamos iniciado nossa pesquisa com os gestores antigos e pelo fato dos mesmos terem um pouco mais de experiência com o programa e por terem também formado a primeira turma do ProJovem urbano em Santa Rita, decidimos focar nas informações relatadas pelos mesmos.

A pesquisa campo do presente trabalho foi feita em três etapas, na primeira etapa apresentamos o objetivo desse trabalho aos gestores do programa, e fizemos nossa primeira entrevista com a gestora geral do programa que ocupava este cargo no ano de 2013. Para essa entrevista utilizamos o "Roteiro de entrevista 1", voltado aos gestores no qual aborda questões mais gerais do programa, características do programa em Santa Rita e perfil dos gestores do programa.

Na segunda etapa, utilizamos o "Roteiro de entrevista 2" voltado também aos gestores. Neste roteiro focamos perguntas que abordaram mais o funcionamento do programa, ou seja, questões relacionadas à gestão do programa, que é o nosso foco de pesquisa. Nessa etapa também foram feitas duas visitas a um dos núcleos, o núcleo Antônio Ferreira Nunes, que se localiza no bairro do Alto das Populares no município de Santa Rita, onde funciona o programa, para vermos de perto o funcionamento do programa como também relatos de educadores e beneficiários do programa, onde foram utilizados roteiros de entrevistas voltados especificamente para educadores, e outro voltado aos beneficiários.

Na terceira etapa foi feita mais uma visita à secretaria de educação para pegarmos dados orçamentários do programa e documentos ou relatórios que constassem a prestação de contas do funcionamento do programa.

Portanto, como fora dito, na primeira etapa foi perguntada a quantidade de gestores do programa no município, como esses gestores chegaram ao cargo que estão

ocupando, se os mesmos possuem formação superior e em qual área. Como também, quando se iniciou o programa em Santa Rita e quais são os órgãos responsáveis pela gestão do ProJovem no município, suas atribuições, e como se dá a relação do município com o nível federal para fins de questões relacionadas ao programa.

De acordo com o que foi coletado com a primeira entrevista, o ProJovem Urbano teve início no município de Santa Rita em Junho de 2012. Como o programa tem uma duração de dezoito meses, sua primeira turma foi formada em novembro de 2013. Já a segunda turma iniciou-se em novembro de 2013 e irá formar-se em maio de 2015. A antiga gestora geral do programa estava no posto de gestora como já foi dito através de cargo comissionado e possui formação em letras. Porém, a mesma tem experiência como gestora desde 2005, atuou como educadora e gestora do ProJovem em João Pessoa.

2.3 Equipe de Profissionais do programa

A equipe do programa é composta por três gestores, um Gestor geral, um Assistente Administrativo e um Assistente Pedagógico. Os mesmos estão no posto de gestores através de cargo de confiança. Não é feita uma seleção ou concurso para a escolha dos mesmos, porém, todos possuem formação superior. Inicialmente os gestores não possuem nenhuma formação na prática para assumirem o cargo de gestores, eles recebem um material sobre o programa para estudá-lo e entender o seu funcionamento apenas teoricamente.

O ProJovem Urbano de Santa Rita possui 21 professores, sete em cada núcleo que atuam nas seguintes disciplinas: português, matemática, ciências humanas, ciências da natureza, inglês, qualificação profissional e participação cidadã. Todos possuem nível superior em sua respectiva área, menos o professor de qualificação profissional que possui apenas curso técnico em eletrotécnica e segurança do trabalho, habilitação exigida pela coordenação nacional do programa para os professores de qualificação profissional. Eles ministram as aulas de acordo com o guia de estudos, que é o material disponibilizado pelo governo federal, possui ainda seis cuidadoras, nove merendeiras e dois formadores.

Para melhor entendimento apresentamos abaixo a quantidade de gestores existentes no programa, as atribuições de cada um deles e a carga horária de trabalho dos mesmos.

Quadro 3 – Perfil dos Gestores, suas atribuições e carga horária

Gestores	Atribuições	Carga Horária - CH
Gestor Geral	Responsável por gerir todo o programa, tanto da parte administrativa como da parte pedagógica do programa.	Possui carga horária de 40 horas semanais.
Assistente Administrativo	Responsável pela frequência da folha de pagamento e do monitoramento dos núcleos.	Possui carga horária de 40 horas semanais.
Assistente Pedagógico	Responsável por toda a parte pedagógica, orientação de alunos e professores, e também coordena as formações que são feitas dos formadores junto aos professores do programa.	Possui carga horária de 40 horas semanais.

Fonte: “elaboração própria através dos dados coletados”.

Na tabela abaixo especificamos os demais profissionais envolvidos no programa, como também suas atribuições e carga horária de trabalho.

Quadro 4 – Perfil dos demais profissionais envolvidos no ProJovem

Profissional	Quantidade	Atribuições	Carga Horária - CH
Educadores	21	Ministração de aulas e entrar em contato através de telefonemas ou mesmo de visitas a domicílio dos alunos faltosos do programa.	Carga horária semanal de 30 horas de trabalho
Cuidadoras	6 cuidadoras duas em cada núcleo.	Responsáveis por cuidar dos filhos dos alunos beneficiários do programa fazendo atividades educativas com as crianças no horário em que seus pais estão na sala de aula.	Carga horária semanal de 30 horas.
Merendeiras	9	Fazer a merenda para alunos, professores e filhos dos alunos beneficiários do programa.	Carga horária semanal de 30 horas.
Formadores	2	Responsáveis por fazer a formação e planejamento com os educadores do programa a cada quinze dias, ou seja, duas formações por mês que são realizadas durante os sábados o dia inteiro. Nessa formação são escolhidos os temas que vão ser trabalhados com os alunos beneficiários do programa.	216 horas presenciais distribuídas em 12 horas mensais no decorrer dos dezoito meses do curso.

Fonte: “elaboração própria através dos dados coletados”.

Totalizando existem 41 profissionais atuando no programa ProJovem no município de Santa Rita.

2.4 Órgãos responsáveis pela gestão do Programa em Santa Rita

Para entendermos como acontece o funcionamento do programa, precisaríamos saber quais os órgãos e os atores envolvidos na gestão do programa no município. E segundo a antiga gestora geral do programa, os órgãos envolvidos no programa são as Secretarias de Educação que é o responsável pela gestão do programa em Santa Rita, Saúde e Assistência Social, atuando no suporte ao programa através de palestras de conscientização desses jovens que estão em situação de vulnerabilidade, incentivando-os ao não uso das drogas, à prevenção da AIDS, etc. Outro órgão que está envolvido com o programa é a Secretaria de Comunicação, alertando a comunidade aos períodos de matrícula do ProJovem, como também em relação ao início das aulas e etc. Segundo a antiga gestora geral não há participação de conselhos no programa, ela fala que há um conselho chamado Conselho da Juventude, mas, que o mesmo não possui participação expressiva no programa, e que os próprios gestores do programa os procuram para que os mesmos possam divulgar o período de matrícula do programa, aos jovens da comunidade.

A atribuição do município no programa limita-se apenas ao fornecimento dos prédios escolares, ou seja, a verba é enviada pelo governo federal com destino ao município para todo o custeio do programa (materiais escolares, merenda e pagamento dos funcionários). O contato que é feito do município com o governo federal se dá quando ocorre algum problema ou surgem eventuais dúvidas relacionadas ao funcionamento do programa.

Nestes casos, os gestores entram em contato com o MEC através do email ou por telefone. A partir dessas informações foi concluída a primeira etapa da pesquisa campo do presente trabalho, onde entrevistamos e coletamos tais informações com a antiga gestora geral do programa.

A segunda etapa da pesquisa campo do trabalho foi realizada em novembro de 2014. Voltamos à Secretaria de Educação de Santa Rita, onde está localizado a sala de coordenação do ProJovem Urbano do município, com o intuito de conhecermos os atuais gestores, fazer uma nova apresentação dessa pesquisa, como também pedirmos permissão para acompanhar as aulas no intuito de conhecermos de perto o funcionamento do programa, como também para entrevistarmos alguns educadores e beneficiários do programa.

Dessa forma, como já fora dito nessa segunda etapa de pesquisa utilizamos o “Roteiro de entrevista 2” voltado também aos gestores, onde focamos as perguntas mais a gestão e funcionamento do programa. Fizemos nossa primeira entrevista com a atual gestora geral e sua assistente administrativa, que foi quem pode nos disponibilizar as informações e

que dentre as três gestoras, essa assistente administrativa foi a que se denominou mais apta para fornecer informações sobre o programa pelo fato de já ter experiências como educador do programa, porém, em outra localidade. Como também retomamos a conversar com a antiga gestora geral e também com a antiga assistente administrativa.

De acordo com a atual assistente administrativa, a resolução nº 54/2012 do ProJovem Urbano onde rege todo o funcionamento do programa e define a forma como os gestores do programa e demais funcionários devem trabalhar, como também os critérios para a aplicação dos recursos, trata também dos recursos, transferências, movimentação, aplicação financeira e reversão dos recursos do programa como também da prestação de contas. Segundo a atual assistente administrativa do programa no município de Santa Rita, os gestores seguem à risca tal resolução, o que a mesma determina é seguido rigorosamente, dessa forma os gestores administram e trabalham da forma que é permitido pela resolução do programa, cabendo apenas algumas adaptações nas atividades, porém sem fugir das regras impostas pela resolução.

O município tem autonomia para gerir o programa, no sentido de poderem adaptar o funcionamento do programa à realidade local do município, por exemplo, nos cursos de capacitação o município tem a autonomia de escolhê-los conforme o que é demandado na realidade do município. Porém, o que não pode ocorrer é que os gestores fujam do que é determinado pela resolução do programa.

Segundo a atual assistente administrativa, assim como na resolução do programa as escolas onde são fornecidas as aulas do ProJovem urbano chamam-se “núcleos,” que funcionam no horário noturno. Em Santa Rita, existem três núcleos, a meta inicial do programa é que existam 200 alunos em cada núcleo, totalizando 600 alunos. Eles são localizados em diferentes bairros da cidade, um localizado no bairro do Alto das Populares na escola Antônio Ferreira Nunes, outro no bairro chamado de Várzea Nova, na escola Estevão Carneiro, e por último no bairro de Marcos Moura, na escola Egídio Madruga. No primeiro processo de formação deste município formaram-se 265 alunos. Atualmente existem 282 alunos beneficiários do programa.

Quando vão iniciar-se novas turmas são contratadas seis pessoas que ficam responsáveis por fazerem as matrículas dos alunos, inclusive o município deu preferência por contratarem os ex-alunos participantes do programa, no período de dois meses, recebendo um salário mínimo, como também jovens da própria comunidade.

Segundo a atual assistente administrativa, como fora dito as aulas ocorrem no horário noturno, iniciam-se às 18h30 e terminam às 21h30, existem cinco turmas em cada núcleo, no caso cada professor ministra duas aulas em cada turma, no total são disponibilizadas cinco aulas por dia, duas de cada disciplina e uma de qualificação profissional.

Os conteúdos são divididos em seis unidades formativas que são feitas trimestralmente. A cada três meses os alunos recebem um livro e fazem uma prova, nessa prova o MEC avalia a quantidade de alunos existente nos núcleos e, se por acaso existirem menos de 100 alunos em cada núcleo, que é o mínimo permitido para que o programa continue funcionando no município, o programa pode ser cortado da cidade. De acordo com a antiga gestora geral, os materiais utilizados nas aulas são os guias de estudo, aqueles disponibilizados pelo governo federal, como as aulas são bem dinâmicas são utilizados também alguns materiais como: cola, tesoura, cadernos, lápis de cera e de pintar, todo esse material é comprado e licitado pela prefeitura, porém, com a verba que é disponibilizada pelo governo federal o município não arca com nenhuma despesa relacionada ao programa, o dinheiro que é enviado é suficiente para que o mesmo funcione.

No que se refere à realização da seleção dos educadores, segundo a antiga gestora geral do programa a escolha dos educadores é feita através de um concurso temporário e que é composto de três etapas, a primeira etapa é feita por uma análise curricular os interessados enviam seus currículos para o email da coordenação do programa, assim eles são avaliados de acordo com títulos, experiência na área, graduação e pós-graduação caso a pessoa atenda aos critérios do programa ela passa para a segunda etapa que é a de uma entrevista, a terceira etapa é feita uma prova teórica, onde o candidato deve informar seu conhecimento sobre o programa. O contrato que é feito com os educadores é de um ano e seis meses, ou seja, os 18 meses de curso, eles ministram as aulas de acordo com o guia de estudos, que é o material disponibilizado pelo governo federal.

Segundo o educador de qualificação profissional, na disciplina de Qualificação Profissional oferecida pelo programa aos alunos beneficiários, que tem como finalidade oferecer aos alunos beneficiários uma iniciação profissional, além dos conteúdos do ensino fundamental ser trabalhados concomitantemente com eixos estruturais, os alunos do Projovem urbano contam ainda com a oportunidade de utilizarem os arcos ocupacionais para que aprenda uma qualificação profissional, geralmente os arcos ocupacionais são desenvolvidos de acordo com as necessidades locais para que os alunos possam conhecer aprender e

posteriormente ingressar no mercado de trabalho. No município de Santa Rita, os arcos que são oferecidos atualmente são os de construção e reparos I e dentro dele existem três matérias (profissões) que é a de gesseiro, pedreiro, pintor e serralheiro que ocorre no núcleo do Alto das Populares. Existe um convênio com a FUNETEC que é a fundação de apoio ao CEFET que dá apoio a qualificação profissional, disponibilizando salas como também de materiais. Já no núcleo de Várzea Nova o arco disponibilizado é o de Marcenaria fabricação de móveis, e o arco de Marco Moura é relacionado a vestuário e costura.

Segundo o educador de qualificação profissional, esses cursos são escolhidos através de uma pesquisa feita com os beneficiários, onde os mesmos opinam sua preferência de curso, e aqueles que são mais votados são implantados nos núcleos, de acordo com a demanda do município. Para que algumas aulas práticas ocorram, primeiramente abre-se uma licitação, as empresas participam do processo e a empresa vencedora atua como suporte ao programa, ou seja, fica responsável pela escolha do local mais adequado para realização dessas aulas práticas. Por exemplo, no curso de marcenaria a empresa aluga galpões onde vai existir todo maquinário para que os alunos aprendam a fazer móveis. Durante os oito meses iniciais do curso, os alunos possuem a formação técnica geral que são as denominadas aulas didáticas, e nos dez meses restantes eles possuem a formação técnica específica que são as aulas práticas ministradas pelo professor de qualificação profissional.

De acordo com um estudo feito sobre oProJovem trabalhador no município de Santa Rita, o município não possui o Conselho Municipal de Juventude, e o Fórum de Juventude que é o responsável pelo diálogo político que vem efetivando pressão social junto ao poder executivo municipal e legislativo para a criação do Conselho Municipal de Juventude. Segundo Moraes (2011):

“O fórum de Juventude é um espaço de reflexão e de levantamento de propostas e ideias para melhorar a vida dos/as jovens no município, este fórum foi um dos atores responsáveis pelo processo de implementação do Projovem no município de Santa Rita” (MORAES, 2011: 16).

Diante disso, incluímos em nosso questionário perguntas referentes à existência desse fórum, e sua participação na implementação do programa no município e quais outros órgãos, foram responsáveis pela inserção do ProJovem no município. Tanto os gestores antigos como os atuais desconhecem a existência desse fórum, porém, ressaltam que seria de tamanha importância o apoio deste fórum, relatam a dificuldade que possuem em dialogar com órgãos como o CRAS que é de extrema importância a aproximação dos mesmos com o programa.

Como também relatamos no capítulo anterior, existe um grande problema relacionado à diversidade juvenil, como cada região possui características diferentes, muitas

vezes é quase impossível seguir aquilo que está na resolução, o que para atingir as metas, faz com que os gestores e educadores busquem alternativas diferentes. No próprio município de Santa Rita, existe um estudo relacionado ao ProJovem trabalhador que detectou esse problema. Diante disso, incluímos em nosso questionário uma pergunta referente a esse problema, se existe esse problema no ProJovem urbano também. Segundo a atual assistente administrativa (39, anos):

“O material que é disponibilizado, são todos enviados prontos pelo governo federal, porém, não contemplam a realidade local dos jovens de Santa Rita, ele é voltado mais para a juventude do sul. Diante disso, a equipe pedagógica trabalha no intuito de fazer a interdisciplinaridade, ou seja, adequam esses materiais que são chamados guias educacionais, mas os mesmos não podem ser modificados concretamente. Apesar disso, os materiais que são disponibilizados são muito abrangentes e abordam temas distintos a cada três meses são trabalhados temas variados dentre eles existem temas relacionados à tecnologia, mundo do trabalho dentre outros temas que são trabalhados” (Atual Assistente Administrativa, 39 anos).

2.5 Capacitação de Gestores e Educadores

Foi abordada em nossa segunda etapa da pesquisa campo a questão da capacitação dos gestores e educadores, se existe uma capacitação para esses profissionais, ou seja, se há um suporte do governo federal com o município. Segundo a antiga gestora geral, existe a capacitação dos gestores do programa os mesmos fazem um tipo de capacitação chamado de “Formação em Gestão” onde eles participam de duas ou três formações para gestores ao longo dos 18 meses. A cada seis meses são organizados essas formações pelo governo federal, onde eles aprendem a gerir o programa e os recursos, juntam-se gestores de vários estados e municípios para que os mesmos possam discutir assuntos relacionados ao programa, como fazer o PPI e até mesmo para a troca de experiências.

O PPI, Projeto Pedagógico Integrado, é o instrumento através do qual os gestores, de acordo com a resolução, dividem a verba que é enviada pelo governo federal para cada uma das atividades que é desenvolvida pelo programa, ou seja, quanto vai ser gasto com materiais, professores, formadores, merendeiras e etc. No PPI os valores são apresentados separadamente para cada ação. A capacitação dos educadores diz respeito às formações que são feitas com os formadores, como fora dito anteriormente.

No que se refere à prestação de contas, segundo a antiga gestora geral do programa o município deve prestar informações sobre sua atuação, gestão do programa e realização das atividades que são executadas por eles através de relatórios de gestão, que são

encaminhados ao secretário de educação do município. Em nível federal existe a prestação de contas em relação ao que foi pago e das atividades desenvolvidas durante os 18 meses, porém, a primeira turma foi formada, sua gestão chegou ao término por conta da troca de prefeitos, e para esses antigos gestores não foi solicitada nenhuma prestação de contas por parte do governo federal.

Como também em encontros de formação que são feitos dos formadores com os educadores, onde os educadores o assistente pedagógico e os formadores se reúnem para planejar o que vai ser trabalhado quinzenalmente, e a partir deles são feitos relatórios desse planejamento.

Como o programa é realizado durante 18 meses o valor fornecido através do governo federal ao programa chega ao município em três parcelas, de acordo com o número de beneficiários. Inicialmente o valor é destinado em cima de 600 alunos que é a meta do programa, porém, como há uma variação desses alunos na medida em que vai havendo desistência o valor da verba vai diminuindo. Portanto, não existe um valor preciso, existe uma estimativa em cima de 600 alunos inicialmente. Esse valor que é disponibilizado em três parcelas chega a aproximadamente a um milhão e meio de reais.

2.6 Problemas referentes ao programa no município

De acordo com um estudo feito do programa no município paraibano de Pombal, foi observado que existem alguns fatores que atrapalham o ensino com maior qualidade, dentre eles: a falta de infraestrutura das escolas falta de interesse dos alunos; aceitação do programa por parte dos diretores escolares; um tempo maior para a conclusão do curso; maior disponibilidade dos recursos tecnológicos (LUCENA, 2011).

Considerando tais problemas e desafios, perguntamos aos gestores e aos educadores se existem esses mesmos problemas, como também outros que possivelmente diferem dos problemas existentes no ProJovem de Pombal.

Assim como o programa em Pombal, existem problemas com a infraestrutura das escolas. Segundo umas das beneficiárias do programa existem muitas carteiras quebradas e inadequadas e a falta de climatização que dificulta um melhor aprendizado. O educador de qualificação profissional aponta como problema também o alto índice de evasão dos alunos, pois, na medida em que os alunos faltam muito os conteúdos programados são adiados, o que faz com que o curso fique atrasado.

Ainda segundo esse educador, o tempo de duração do curso deveria ser aumentado, pois, como a duração é de dezoito meses para conclusão do ensino fundamental

mais a qualificação profissional, o tempo acaba ficando curtíssimo para que os alunos possam ter um melhor aproveitamento, pois, no ensino regular a conclusão do ensino fundamental é feita ao longo de nove anos, no ProJovem é concluído em apenas um ano seis meses, mais a iniciação profissional que é fornecida pelo programa. Diante disso, o educador alega que o processo de formação deveria ser estendido.

De acordo com a antiga assistente administrativa, assim como o programa no município de Pombal, existe grande resistência dos diretores escolares em aceitarem o programa nas escolas, pois uma grande parcela dos beneficiários do ProJovem são ex-alunos que não tiveram o interesse ou não puderam concluir o ensino fundamental no seu tempo normal, por problemas relacionados à indisciplina escolar, gravidez na adolescência, envolvimento com tráfico de drogas etc. Por esses motivos alguns dos diretores escolares se retraíram para a inclusão do programa em suas escolas, porém, hoje em dia não existe mais essa resistência.

Segundo o educador, outro problema bastante evidente é a demora na disponibilização dos guias de estudos que são enviados diretamente pelo governo federal, o que faz com que os conteúdos que já são programados nos processos de formação se atrasem, e algumas vezes não ser possível abordar determinado tema como se deveria.

Como afirma a antiga gestora geral os principais problemas existentes que dificultam a execução do programa são:

“O sucateamento das salas, falta de infraestrutura das escolas, carteiras quebradas, falta de climatização, e etc. E um dos maiores desafios é o do alcance desses jovens, pois, há um índice alto de evasão dos alunos participantes do ProJovem”(Antiga Gestora Geral, 42 anos).

Como fora dito anteriormente, em uma auditoria feita pelo TCU foi possível observar que existe um problema relacionado ao alto índice de evasão dos alunos beneficiários do programa nas mais diversas localidades (TCU, 2011). Diante desse problema, ao perguntamos se isso também ocorre no programa em Santa Rita, segundo relatos da atual assistente administrativa existem mais da metade do número total de beneficiários do programa evadidos.

Como as entrevistas foram feitas separadamente, houve certa contradição entre as gestoras, pois, segundo o que a atual gestora geral nos relatou, não existe um elevado índice de evasão dos alunos beneficiários do programa, e existiriam atualmente 100 alunos frequentando as aulas em cada núcleo. Portanto, resolvemos ir a um dos núcleos para termos uma conclusão mais precisa para essa questão.

No dia 14 de novembro de 2014, fizemos uma visita ao núcleo do Alto das Populares e foi observado que, das cinco turmas que deveriam estar funcionando apenas funcionavam duas, em uma turma havia quinze alunos, na outra havia três totalizando 18 alunos. Apesar de ser apenas uma visita, percebe-se que existe de alguma forma uma expressiva evasão desses alunos, e de acordo com a antiga assistente administrativa que trabalha ainda em um dos núcleos como professora e por possuir contato com alguns educadores e alunos do programa, os mesmos a informaram que existia grande evasão desses alunos de fato.

Porém, para resolver esse problema de evasão os educadores criaram um projeto chamado de “Nenhum a menos” onde os alunos que são beneficiários do programa ganham brindes por conseguirem atrair novamente seus colegas de classe de volta às aulas. Também são feitas viagens para que as aulas sejam menos monótonas e são feitas visitas domiciliares aos alunos faltosos, para que eles possam sentir-se motivados novamente e não fiquem realmente nenhum aluno matriculado sem participar do programa.

Os gestores são responsáveis por visitar os núcleos todos os dias, para fiscalizar o funcionamento do programa e problemas como o expressivo número de falta desses alunos, e na constatação de faltas, os mesmos ficam encarregados de sempre estarem entrando em contato com esses alunos, para chamá-los e motivá-los a estarem indo as aulas. Porém, segundo relatos de uma das próprias beneficiárias do programa, depois da troca de gestão não há essa fiscalização e que os gestores antigos sempre frequentavam os núcleos.

Porém, segundo a atual assistente administrativa, essa evasão se dá por outros motivos, relacionados ao trabalho, por muitas vezes os alunos arrumarem emprego no horário noturno, ou por trabalharem em outro município e que por conta do descolamento ficar difícil chegar até a escola no horário certo e por último o envolvimento com o tráfico de drogas que é mais atrativo para os jovens, devido à geração de emprego que é bastante escassa no município.

Percebeu-se também, nessa visita, certa distração e desinteresse dos alunos em assistir a aula, pois, no momento em que a professora de participação cidadã passava uma atividade no material que é disponibilizado, alguns riam, saíam da sala, escutavam música dentro da sala, não dando muita importância a atividade que era passada, haviam também muitas crianças dentro sala, apesar de existirem as cuidadoras que são contratadas exclusivamente para ficar com os filhos dos beneficiários do programa.

De acordo com uma beneficiária do programa assim como sua filha, outras crianças também não se acostumaram ainda com as cuidadoras atuais, e preferem ficar na sala com suas mães. As aulas deveriam terminar às 21h30 assim como foi relatado pela própria gestora do programa, porém, segundo um dos educadores como após a merenda muitos vão para casa, só são assistidas por dia no máximo duas aulas e acabando-se então as aulas no máximo as 20h00 por não haverem mais alunos suficientes nas salas, o que ocasiona também o atraso nos conteúdos.

Segundo o educador da disciplina de qualificação profissional, o programa abrange tanto a área rural como a área urbana, pois, a prefeitura local aluga ônibus com a verba que é disponibilizada pelo governo federal, para trazer os jovens das áreas rurais para a cidade, para que eles possam participar também do programa.

Porém, a partir do ano de 2015 haverá o ProJovem Rural, nos bairros denominados de “Lândias” (Lerolândia, Bebelândia e Cerolândia) para que os jovens que residem nessa zona não precisem se deslocar para a zona urbana. Porém, apesar de existir a verba para todo o custeio do programa, segundo o educador do programa, a atual gestão do programa não fez a renovação do contrato com as empresas de ônibus e os alunos que residem na zona rural acabaram ficando três meses sem ir às aulas, o que fez com que esses alunos se prejudicassem.

No que se refere à bolsa que é disponibilizada pelo governo federal de R\$ 100,00 que é oferecida aos alunos beneficiários do programa, segundo a antiga assistente administrativa aproximadamente 80% dos alunos vai às aulas com o intuito de conseguir a frequência necessária nas aulas apenas para ter o direito de obter a bolsa, sem se importar com o real significado do programa. A bolsa é dada apenas como uma ajuda de custo aos estudos. Tivemos a oportunidade de ir a um dos núcleos em que é realizado o programa no município, mais especificamente no bairro do Alto das Populares na escola Antônio Ferreira Nunes, com o intuito de ver como funciona o programa de perto, e segundo relatos de alguns dos próprios beneficiários os mesmos comparecem mais às aulas nos dias das provas, pois os alunos são avaliados através de provas no fim de cada unidade formativa. São enviadas para o MEC as notas obtidas, e se esses alunos não possuem notas sua bolsa é automaticamente cortada. Para que isso não ocorra muitos deles aparecem mais nos dias de tais provas. Portanto, como afirma uma das beneficiárias do programa no município:

“Venho pouco pra aula, venho mais no dia da prova mesmo, pra poder no fim do mês ter o meu dinheirinho, esse dinheiro me ajuda a comprar ascoisas da minha menina. O curso é bom, mas eu não tenho paciência pra ficar esse tempo todinho na sala de aula não” (Beneficiária, 22 anos).

Portanto, vemos diante deste relato que, apesar das aulas serem dinâmicas, o programa ainda carece de maior atratividade, pois o maior motivo de aproximação dos jovens ao programa é pela bolsa que é dada, e que na verdade deveria ser apenas como um auxílio para os estudos, e muitas vezes como vemos são utilizadas para outros fins totalmente distorcidos sem ser aos estudos. Por serem jovens bastante carentes que possuem certa desestrutura familiar e dificuldades financeiras é até compreensível que eles venham a utilizar o dinheiro para comprar algo que seja de sua maior necessidade. No entanto, segundo a atual assistente administrativa, alguns jovens, quando se deparam com a metodologia diferenciada do ProJovem se apaixonam pelo programa e a bolsa passa realmente a ser como apenas uma ajuda de custo.

Diante disso, o Educador (32 anos) do programa no município afirma:

“Tenho alunos que realmente souberam aproveitar o curso, tive um aluno que hoje em dia é professor do SENAI, ele fez o supletivo e terminou o ensino médio, e depois fez o ENEM, e hoje é um ótimo profissional, o que me deixa muito feliz e satisfeito”(Educador32 anos).

A influência política, como relatada anteriormente, é algo que influencia negativamente na execução do programa, como foi analisado pelo autor Moraes (2011) no ProJovem trabalhador do município de Santa Rita, e dessa forma incluímos em nosso questionário uma pergunta referente a essa influência, se existe de fato, e em que sentido ela prejudica a execução do programa. De acordo com o educador (32 anos) do programa no município, pelo fato dos gestores serem escolhidos por indicação, existe influência política no programa e um dos problemas que aparecem é a questão do apadrinhamento.

Como também pelo fato da mudança de prefeito todas as merendeiras, as cuidadoras que também são escolhidas através de indicação foram substituídas no meio do processo de formação da segunda turma do ProJovem no Município, inclusive a formadora também fora demitida, por questões políticas.

Segundo a antiga assistente administrativa, o que dificulta também uma melhor execução do programa é essa troca constante de gestores, pois, quando troca-se de prefeito os gestores são também trocados, e como não há uma seleção para os mesmos, eles chegam ao programa sem ter a noção de como executar suas atividades, e isso requer um tempo para que eles possam estudar e entender o funcionamento do programa, o que vai ocasionar no atraso de atividades operacionais no decorrer do tempo.

O ProJovem em Santa Rita iniciou-se em junho de 2012. Segundo relatos da antiga gestora geral, na época em que se iniciou o programa quem o coordenava era o

Secretário de Administração. Em janeiro de 2013 esse secretário foi substituído pela antiga gestora geral, e segundo a mesma, quando chegou ao programa havia diversos problemas relacionados a atrasos de materiais, materiais que não eram necessários para o programa, como por exemplo, lápis e apagador de quadro branco, quando na verdade nem existem quadros brancos nos núcleos.

Para resolver esse problema a gestora foi até a empresa vencedora da licitação que fornecia tais materiais para que esses materiais fossem substituídos por outros que realmente fossem úteis para os alunos, como também ao não comparecimento do gestor geral na Secretaria de Educação, documentos perdidos, notas fiscais constando mais de quarenta mil reais em cadernos, materiais esses que nunca foram encontrados e por conta disso muitos alunos desistiram por não terem recebido nem os materiais nem as bolsas.

Diante disso, a mesma fez um relatório e entregou ao Secretário de Educação informando tais ilegalidades, e o mesmo imediatamente enviou para o Ministério Público e até hoje nada foi feito nem fiscalizado, não houve prestação de contas do programa no município de Santa Rita, desde sua implantação, apesar de tantas irregularidades.

Segundo a atual assistente administrativa, a primeira turma do ProJovem urbano de Santa Rita teve 265 jovens concluintes o curso teve sua conclusão em novembro de 2013, a segunda turma será concluída em março de 2015.

Não existe o acompanhamento desses alunos após o término do curso. Após a conclusão eles se dispersam e muito raramente os gestores e educadores os encontram. Poucos são os que relatam que conseguiram se inserir no mercado de trabalho, dentre os 265 que se formaram aproximadamente quatro alunos estão no mundo do trabalho, e para os gestores é muito difícil haver esse acompanhamento.

Como o ProJovem é apenas uma iniciação profissional, ela acredita que é necessário que o jovem procure se qualificar mais, para que possa estar apto ao mercado de trabalho de fato. Alguns dos alunos saem de fato motivados a ingressarem no mundo do trabalho e a continuarem estudando, porém, o governo federal não oferece apoio aos alunos beneficiários do programa a darem continuidade na qualificação, pois, como foi dito o ProJovem oferece apenas uma iniciação profissional, o que faz com que eles muitas vezes procurem outra área que não fora aquela aprendida no programa.

Para a conclusão dessa segunda etapa foram feitas quatro entrevistas com os gestores, dois gestores antigos, e dois atuais. Como também duas visitas a um dos núcleos

com a finalidade de conhecer o funcionamento do programa e entrevistar educadores e alunos beneficiários do programa.

Dessa forma, ao fim das entrevistas com os mesmos, e de acordo com as informações que relatamos, passamos para a terceira e última etapa que foi a solicitação dos documentos e relatórios de gestão onde constam funcionamento do programa e prestações de contas, como também dados orçamentários do programa, ou seja, o valor total que é disponibilizado ao programa, como também quanto é gasto com cada ação do programa, que como vimos anteriormente o PPI é o documento no qual os gestores separam o valor que é disponibilizado para cada ação do programa.

Nas três visitas que fizemos à Secretaria de Educação, relatamos que precisaríamos destes dados para que pudéssemos saber quanto é gasto por esse programa no município de Santa Rita. Porém, em duas das visitas que fizemos conversamos com a atual assistente administrativa e ela nos relatou que só quem poderia nos disponibilizar esses dados seria a atual gestora geral, que não se encontrou nessas duas visitas que fizemos a coordenação.

Diante disso, entramos em contato com a atual gestora geral, e a mesma concordou em conversar conosco, no dia 18 de novembro fizemos a entrevista com a mesma e utilizamos o “Roteiro de entrevista 2” que foi usado com as outras gestoras, no entanto, foram poucas as informações que obtemos com ela, ao final da entrevista solicitamos os dados orçamentários e os relatórios, porém, a mesma nos relatou que não poderia nos disponibilizá-los, pois, quem obtinha esses dados era a atual assistente administrativa. No entanto, a mesma se comprometeu em falar com a atual assistente administrativa para que ela pudesse nos disponibilizar tais dados, que segundo ela, é a responsável por obter esses dados.

Diante do exposto acima, percebemos que existem certas contradições referentes às funções das gestoras, uma joga a responsabilidade para a outra, e de acordo com a atual assistente pedagógica as mesmas não se entendem e vez ou outra discutem, ou seja, não há um diálogo entre elas, o que possivelmente direta ou indiretamente pode afetar a execução do programa.

No dia 20 de novembro do presente ano, fizemos a nossa quarta visita à Secretaria de Educação para que então pudéssemos solicitar esses dados, mais uma vez as assistentes jogavam a responsabilidade uma para outra, a assistente administrativa chegou a relatar que desconhecia esses relatórios de gestão.

Porém, a antiga gestora geral como dito anteriormente nos afirmou que a nível municipal é feito um relatório do funcionamento do programa ao fim de cada processo de formação, e que em sua gestão fora entregue ao Secretário de Educação e uma cópia teria ficado na coordenação do programa, porém, as atuais gestoras desconheciam esse relatório, e que sabiam apenas da existência dos relatórios referentes ao processo de formação dos educadores com os formadores, porém, nada foi encontrado, pois, haviam muitos papéis tumultuados e soltos nas gavetas, e dessa forma, não foi nos disponibilizados.

Em relação aos dados orçamentários referentes ao valor que é enviado pelo governo federal, ou seja, o PPI do programa em Santa Rita, a atual gestora geral nos negou esse acesso, alegando que não poderia nos dar esses dados, porém, indagamos que o acesso aos gastos públicos realizados pelo governo federal é um direito garantido pela Lei de Transparência Nº 12.527/11. Porém, mesmo assim a atual gestora geral não quis disponibilizar esses dados, e ao escutar isso a atual assistente administrativa concordou com o que havíamos afirmado e houve certa discussão entre elas, a gestora geral alegando que sua assistente queria tomar o seu lugar e que quem dava as ordens era ela. Dessa forma, ao fim de tal discussão a atual gestora geral decidiu nos disponibilizar as informações, no entanto, de forma verbal, ele nos ditou os dados para escrevermos não nos deixando de forma alguma visualizar tais informações que eram passadas.

2.7 Gastos com o Programa no município de Santa Rita

Apresentamos abaixo, os dados dos gastos totais ao longo dos dezoito meses do curso pelo governo federal com o programa no município de Santa Rita, transmitidos verbalmente pela gestora. No entanto, não há como atestar se estes dados são fidedignos, pela forma como a gestora reagiu quando solicitamos estas informações.

Quadro – 5 Gastos com o Programa no período de 2013 – 2015

Profissional	Valor da Ação
Coordenador Geral	R\$ 110.675,00
Assistentes Administrativo e Pedagógico	R\$ 136.305,00
Apoio Matrícula	R\$ 14. 217,00
Educadores Educação Básica	R\$ 534.600
Educador Qualificação Profissional	R\$ 106.920,00
Educador Participação Cidadã	R\$ 106.920,00
Cuidadoras	R\$ 125.820,00
Formadores	R\$ 251.000
VALOR TOTAL	R\$ 1.386.457

Fonte: “elaboração própria através dos dados coletados”.

Inicialmente, ao perguntamos o valor total gasto com o programa, a atual gestora geral nos informou que é gasto em sua totalidade R\$ 1.455.300,00 durante os dezoito meses. Porém, de acordo com o valor destinado para cada ação e como vemos no quadro acima os valores não coincidem. Não sabemos o motivo no qual esses valores diferem, pode ter faltados nos informar algum valor ou simplesmente não nos foi informado por falta de vontade ou outra motivação da gestora.

De acordo com os vários estudos feitos sobre esse programa em diversas cidades inclusive na de João Pessoa, é perceptível que apesar dos problemas o programa obteve sucesso, em certa medida. Diante disso, e segundo a antiga assistente administrativa do programa sua avaliação é positiva, ela afirma:

“Houve sucesso sim, foi satisfatória, pois, o programa é bem atrativo, levando em consideração que o público alvo do programa são jovens de 18 a 29 anos de idade jovens que não tiveram a oportunidade de terminar o ensino fundamental, e o programa lhes dão a oportunidade de terminarem, e ainda qualificar-se profissionalmente dando-lhes motivação para continuarem lutando por seus objetivos” (Antiga Assistente Administrativa, 46 anos).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

De acordo com o que estudamos através de documentos e estudos prévios, são diversos os problemas e desafios relacionados a esse importante programa criado pelo governo federal. Desvios de verba, número expressivo de evasão, sucateamento das escolas, influência política no programa, dentre outras questões, ainda carecem de muitas mudanças.

No ProJovem de Santa Rita, um dos principais gargalos do programa encontra-se na falta de fiscalização tanto por parte dos gestores municipais aos núcleos em que acontece o programa, como do próprio MEC, que não fiscaliza, e acaba desconhecendo as irregularidades referentes ao mesmo.

Percebeu-se também, que a atual gestão do programa necessita de mudanças no sentido de ser mais transparente em suas ações, pois, na medida em que nos foi negado o pedido dos gastos que são feitos com o programa, subentende-se que existem motivos para se esconder as informações, quem sabe devido a irregularidades.

Conclui-se que é necessária com urgência uma fiscalização por parte do governo federal ao programa no município de Santa Rita, como também a exigência de relatórios de gestão e documentos onde conste o funcionamento das atividades. Já está prestes a ser formada a segunda turma e a prestação de contas ainda não ocorreu, o que pode acarretar nas diversas irregularidades que foram citadas ao longo do texto. Assim, como fora citado no presente trabalho deveria haver uma avaliação das atividades do programa, como por exemplo, no programa do município de Pombal, a avaliação é feita tanto com os profissionais envolvidos do programa como com os beneficiários.

No que se refere à qualificação profissional dos beneficiários, sugerimos que o governo federal disponibilize ações a fim de dar continuidade a esse processo de qualificação ao final do processo regular de formação, oferecendo aos alunos que terminaram o curso uma continuação das aulas práticas, para que os mesmos possam aprender mais e estarem realmente aptos a ingressar no mercado de trabalho.

Sugerimos também, que seja feito um processo de seleção para os gestores do programa, pois, assim como os educadores, o gestor é um importante profissional que vai administrar os recursos e coordenar todo o programa. Portanto, deveria haver um processo de seleção também desses profissionais, como um concurso.

Como também a realização de uma avaliação dessas capacitações que são feitas dos formadores junto aos educadores, deveria haver um processo contínuo de qualificação da equipe envolvida, para buscar maior motivação e interesse dos alunos beneficiários. E um

trabalho de sensibilização dos diretores das escolas como, por exemplo, a disponibilização de tais formadores antes do início das aulas fornecerem palestras de esclarecimento sobre o programa aos mesmos e a importância da inclusão do programa nas cidades que como Santa Rita possuem um elevado contingente de jovens em situação de vulnerabilidade.

Por fim, consideramos que, apesar do programa ser bem estruturado e teoricamente mostrar tamanha riqueza em termos de conteúdo. De contrapartida, em sua execução e funcionamento o programa deixa a desejar, pois, como no programa em Santa Rita é claramente visível a facilidade com a qual os gestores guiam o programa da forma como lhes convém, apesar de se existir uma resolução que dita como deve ser todo o funcionamento do programa, porém, por não haver a fiscalização como deveria as regras não são seguidas o que ocasiona problemas, que iniciam-se na cúpula que é a própria gestão do programa e que afeta diretamente os beneficiários do programa, como o elevado índice de evasão por parte dos alunos.

E dessa forma, a efetividade do programa não ocorre que é o do alcance de jovens vulnerabilizados e excluídos da população, por conta de uma má gestão do programa no município e dos recursos que são disponibilizados pelo governo federal, como de uma fiscalização ineficiente a nível federal desse programa. Assim como nesse programa, a sua gestão necessita de profissionais mais qualificados e com uma postura mais ética para gerirem os recursos públicos, a Gestão Pública em si necessita de profissionais eficientes e dispostos a fazer seu papel sendo íntegros impessoais e transparentes.

4. REFERÊNCIAS

BARREIRA, Maria Cecília R. N. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras. 2000.

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000

BLANCO, Monte. D. **O ProJovem urbano na trajetória das políticas para juventude – Desafios do programa e perspectivas de análise**. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* v. 2 n. 3 Jul. de 2011. p12. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.O%20ProJovem%20na%20trajet%C3%B3ria%20das%20pol%C3%ADticas%20para%20juventude.pdf> Acesso em: 10 de Jul. de 2013.

BRASIL. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública. -Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) em municípios com mais de 100 mil habitantes Comparação 2007-2010**. 2013. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/sintese-ivj>> Acesso em: 10 de maio de 2013.

_____. **Secretaria Nacional da Juventude -Mapa da Violência, os Jovens do Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf> Acesso em: 18 de out. de 2014.

_____. **Secretaria Nacional da Juventude - Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano**. 2008. Disponível em: <http://www.familia.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto_pedagogico_projovem_PPI.pdf> Acesso em: 18 de out. de 2014.

_____. **Secretaria Nacional da Juventude – Manual do Educador Orientações Gerais**. 2012. Disponível em: <<http://www.smeourinhos.com.br/projovem/manual.pdf>> Acesso em: 19 de out. de 2014.

_____. **Secretaria Geral da Presidência da República- Guia de Políticas Públicas de Juventude**. 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_juventude_br.pdf> Acesso em: 01 de nov. de 2014

CARVALHO, Arantes. M. A. **Inovação social em políticas públicas: a juventude em foco**. Londrina, v. 17, n.2 p. 1-36. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/teste/Downloads/13543-55363-1-PB.pdf>> Acesso em: 11 de mai. de 2013.

CASTRO, G. M. ABRAMOVAY, M. **Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas**. 3 ed. Minas Gerais. 2004.14p. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_295.PDF> Acesso em: 12 de Agosto de 2013.

_____. Mary, G. **Políticas Públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes.** In: **Juventude e Sociedade trabalho, educação, cultura e participação.** Org. Regina Novaes e Paulo Vannuchi, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2007, p. 275 – 303.

COSTA, M. **ProJovem-notas sobre uma política pública nacional para jovens de baixa escolaridade,** Revista contemporânea, Rio de Janeiro, 2007. p. 6. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/26/20>>. Acesso em: 12 de jul. de 2013.

DAHER, JORGE. **O que são Políticas Públicas para juventude? 2008.** Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/o-que-sao-politicas-publicas-para-a-juventude>> acesso em: 12 de julho de 2013.

FAGUNDES, Heleana. MOURA. B. A. **Avaliação de programas e políticas públicas.**2009. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 8 n.1 p. 89-103. Disponível em: <[file:///C:/Users/teste/Downloads/5676-18649-2-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/teste/Downloads/5676-18649-2-PB%20(2).pdf)> Acesso em: 17 de jul de 2013.

FIGUEIREDO, Márcia L. L. et. al. **ProJovem original e urbano: aspectos de uma ação voltada para a juventude a partir de uma proposta de gestão integrada.**2006. p. 19. Disponível em: <<http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/PROJOVEM%20ORIGINAL%20E%20URBANO.pdf>> Acesso em: 12 de Jul. de 2013.

GIANE, Carla S.C. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil.** 2006.P 41. Disponível em: <http://www.aec-tea.org/fabio/Avaliacao_Politicas.pdf> Acesso em: 12 de ag. de 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Informações Estatísticas: Paraíba Santa Rita.** 2014. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2325i>>. Acesso em: 16 de Out. de 2014.

_____. **População jovem no Brasil: a dimensão demográfica.** 2010. Disponível em: <[População jovem no Brasil: a dimensão demográfica](#)> Acesso em: 12 de ag. de 2014.

JUSBRASIL, **TCU constata irregularidades na execução do programa ProJovem.**2013. Disponível em: <<http://tcu.jusbrasil.com.br/noticias/100491245/tcu-constata-irregularidades-na-execucao-do-programa-projovem>> Acesso em: 12 de ag. de 2013.

LUCENA, Sousa. S. **Análise do programa ProJovem urbano no município de Pombal-PB.** Paraíba; Pombal, 2011. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/analise_do_programa_projovem_urbano_no_municapio_de_pombalpb_1343405025.pdf> Acesso em: 29 de out. de 2014

MACEDO, Carmem. S. **Políticas Públicas de Juventude- Secretaria Nacional da Juventude.** Brasília, p. 1-35, 2013. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas>> Acesso em: 11 de agosto de 2014.

MORAES, Lúcio. R. **ProJovem Trabalhador: a experiência vivenciada no município de Santa Rita/PB.** Paraíba; Santa Rita, 2011. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/projovem_trabalhador_a_experancia_vive_nciada_no_municipio_de_santa_ritapb_1343407557.pdf> Acesso em: 31 de out. de 2014

NEVES, Luis, J. **Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. Cadernos de pesquisas em administração.** São Paulo, V. 1, Nº 3, 2º Sem./1996.

NOGUEIRA, Ribeiro M. V. **Avaliação Monitoramento de Políticas e Programas Sociais – revendo conceitos básicos.** Katálisis v.5 n.2 jul./dez 2002. Florianópolis SC. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6076/5641>> Acesso em: 22 de Out. de 2014.

O GLOBO.**ProJovem acumula em seis anos histórico de fracasso e descontrole financeiro.** 2011. Disponível: <<http://oglobo.globo.com/politica/projovem-acumula-em-seis-anos-historico-de-fracasso-descontrole-financeiro-2744497>>. Acesso em: 16 de out. de 2014.

PNUD. **Ranking IDHM Municípios.** 2010. Disponível em: <Ranking IDHM Municípios 2010> Acesso em: 18 de out. de 2014.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Controladoria Geral da União, gastos diretos do Governo por programa.**2013. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>> Acesso em: 27 de out. de 2014.

RIBEIRO, Elaine A. et. al. **Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos,** Brasília. v. 2 n. 82, p. 73-89, nov. 2009 17p. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1579/1271>> Acesso em: 10 de Jul. de 2013.

RUA, Maria G. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009. 130 p.

SALGADO, Maria UmbelinaCaiafa. **O ProJovem e a Gestão em Redes Sociais. In: Textos Complementares Para Formação de Gestores.**2008. [Maria José Vieira Feres.et al.] – Brasília, Programa nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano,

SILVA, A. R. E; ANDRADE, C. C. A política Nacional de Juventude : Avanços e Dificuldades. In: CASTRO, A. J.; AQUINO, C. M. L.; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.**Brasília: Ipea, 2009. p.10-317.

TEIXEIRA, Elenaldo. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em: 23 de Out. de 2014.

UNESCO, ABRAMOVAY. Miriam. GARCIA. M. et. al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília2002. p 92 . Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>> Acesso em: 12 de Jul. de 2013.

_____.CASTRO. G. M. ABRAMOVAY. M. **Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas.** Caxambu MG. 2004. p 14. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_295.PDF> Acesso em: 05 de nov. de 2014.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista1 Gestores

- 1- Como você chegou aqui? (cargo comissionado ou concursado)
- 2- Você é da área? Qual sua formação?
- 3- Há quanto tempo trabalha no setor?
- 4- Onde trabalhou antes?
- 5- Quando se iniciou o programa em Santa Rita?
- 6- No município quais são os órgãos envolvidos nas decisões sobre o programa?
- 7- Quais são as atribuições específicas do município no programa? O que o município tem o poder de decidir?
- 8- Quais são os órgãos no município envolvidos no programa? (quem faz o que? Tem participação de algum conselho da sociedade em geral?).
- 9- Qual a equipe envolvida no programa? (quantos são? Quem são? Qual o perfil desses profissionais?)
- 10- Existem quantos educadores? Em qual área eles atuam disciplinas?
- 11- Como se dá a relação com o nível federal?
- 12- Quais os limites, desafios que você enfrenta para gerir o programa?
- 13- Como é feita a seleção dos educadores?

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista2 Gestores

- 1- Até que ponto as ações são definidas no nível federal? E em que medida o município define a forma como irá trabalhar?
- 2- Qual o orçamento recebido para a realização das atividades do programa? (dados por ano e por rubrica) O estado e município complementam esse orçamento com alguma contrapartida?
- 3- Na gestão cotidiana do programa os responsáveis pelo mesmo no município tem contato com o governo federal para eventuais dúvidas problemas ou questões que precisam ser resolvidas no âmbito municipal?
- 4- O governo federal oferece um suporte para as equipes locais?
- 5- Existe algum tipo de capacitação ou troca de informações permanentes entre governo federal com o município?
- 6- Como você avalia a autonomia do município para gerir o programa? Existe espaço para o município inovar com base na realidade local? Explique.
- 7- Para implementação do programa ProJovem quais atores foram mobilizados? (secretária de educação ou outra secretaria, sociedade civil, o fórum de juventude de Santa Rita)?
- 8- Como o município presta informação sobre sua atuação (não dos recursos, mas da gestão e realização de atividades)?
- 9- Existe um relatório de gestão encaminhado para os órgãos municipais responsáveis pela supervisão do programa?
- 10- Como se constitui a equipe envolvida no programa? Quem são, quantos são, o que fazem, com qual carga horária?
- 12- Como funciona na prática o programa? Quais os horários de aula e periodicidade?
- 13- Que dinâmica de trabalho é desenvolvida pelos educadores aos alunos beneficiários do programa?
- 14- Quantos jovens já concluíram este processo? Há informação sobre o que estes jovens estão fazendo se conseguiram se inserir no mercado de trabalho depois de passarem pelo ProJovem?
- 15- Qual a quantidade de beneficiários por cada processo de formação?
- 16- Em Santa Rita existe um número expressivo de evasão? Quantos?
- 17- Qual sua avaliação do programa? Ele está alcançando os objetivos? Tem sido eficiente/satisfatório?

APÊNDICE C

Roteiro de Entrevista

Educadores

- 1- Como você chegou aqui? (concurso)
- 2- Quais os fatores que dificultam para que os educadores possam oferecer um ensino de melhor qualidade?
- 3- O que você sugere para que o ensino seja de melhor qualidade?
- 4- Que materiais são utilizados?
- 5- Os materiais que são fornecidos pelo governo federal, conseguem atender a realidade local dos jovens?
- 6- Em relação à qualificação profissional, como o programa qualifica o beneficiário? Você acha que o jovem sai preparado para atender as necessidades que o mercado de trabalho exige?
- 7- Como você avalia a bolsa que é dada ao beneficiário? Ela motiva de fato o aluno a prosseguir os estudos como apenas uma ajuda de custo? Ou eles acabam se interessando pelo programa apenas pela bolsa?
- 8- Você acha que o programa abrange a população juvenil como um todo? Tanto os jovens que residem na área urbana como na área rural?
- 9- Existe influência política no programa?
- 10- Quais os problemas existentes na atual gestão do programa? Existe uma troca permanente de informações entre a gestão e os educadores?
- 11- Existiu uma resistência por parte dos diretores escolares em relação à inclusão do programa nas escolas?
- 12- Você acha que o tempo de duração do programa é suficiente? Ou precisa ser aumentado?
- 13- Quais os pontos positivos e negativos/dificuldades do programa? E o que estão fazendo para tentar modificar os pontos negativos?
- 14- Existe algum tipo de monitoramento do programa? Quem faz essa avaliação ou monitoramento?
- 15- Para implementação do programa ProJovem quais atores foram mobilizados? (secretária de educação ou outra secretaria, sociedade civil, o fórum de juventude de Santa Rita)?

APÊNDICE D

Roteiro de Entrevista

Beneficiários

- 1- Por qual motivo você teve o interesse de participar do programa? (indicação de alguém que terminou o programa)
- 2- Você trabalha possui alguma renda?
- 3- A bolsa que é dada pelo ProJovem, como você a utiliza? Ela te motiva a estudar, ou você vem para as aulas apenas para manter a frequência necessária para ter o direito de receber a bolsa.
- 4- Como você avalia a qualificação profissional que é ofertada pelo programa? Você acha que está preparado para entrar no mercado de trabalho?
- 5- Explique as dificuldades que você encontra para frequentar as aulas?
- 6- Quais os problemas relacionados ao programa? (infraestrutura das salas, climatização, material fornecido).
- 7- Você se sente satisfeito com o programa? Se não, por qual motivo? O que você sugere para que o programa tenha um melhor funcionamento?